



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ELIOMAR DE OLIVEIRA MELO

MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS:
perspectivas sobre a competência bibliotecária

Maceió
2024

ELIOMAR DE OLIVEIRA MELO

**MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS:
perspectivas sobre a competência bibliotecária**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Humanas, Comunicação e Artes da
Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para obtenção
do grau em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aparecido
Rodrigues do Prado

Maceió
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Jorge Raimundo da Silva – CRB – 1528

M528m Melo, Eliomar de Oliveira
 Mediação cultural em bibliotecas: perspectivas sobre a competência
bibliotecária / Eliomar de Oliveira Melo. - 2024.
 60 f. : il.

 Orientador: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação
e Artes. Maceió, 2024.

 Bibliografia: f. 53-60.

 1. Mediação cultural. 2. Ação cultural. 3. Competência informacional.
Biblioteca - Bibliotecário. I. Título.

CDU: 02

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIOMAR DE OLIVEIRA MELO

MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS: perspectivas sobre a competência bibliotecária

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito parcial para obtenção do título acadêmico de Bacharel em Biblioteconomia. Aprovada em 30 de agosto de 2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



MARCOS APARECIDO RODRIGUES DO PRADO

Data: 30/08/2024 18:32:25-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado - UFAL
(Orientador)

Documento assinado digitalmente



NELMA CAMELO DE ARAUJO

Data: 30/08/2024 20:23:55-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Nelma Camêlo de Araujo - UFAL

Documento assinado digitalmente



WILLIAN LIMA MELO

Data: 06/09/2024 13:37:25-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Willian Lima Melo – UFAL

Ao meu eu do futuro, que lembre-se sempre de
correr atrás de seus objetivos, você foi, é e
sempre será capaz, não duvide e...

Nunca desista!

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a primeiramente Deus que sempre me mostrou os melhores caminhos a percorrer, e depois a minha mãe Ivanete Oliveira que sempre me encorajou a estudar e dedicou sua vida trabalhando para me dar todo aporte necessário, sem nunca me deixar faltar nada, mesmo com as dificuldades da vida ao longo dos anos.

Agradeço aos professores e colegas do curso de biblioteconomia da Ufal, pelos esclarecimentos de dúvidas, pelo conhecimento ao qual me proporcionaram, pelas experiências, troca de ideais, sugestões e discussões que me moldaram ao possível profissional que me tornarei, seja atuando na área da ciência da informação ou em qualquer outra.

Agradeço também aos amigos que fiz trabalhando com a cultura no município de Maceió, especialmente a Dayse Cahet com quem aprendi bastante sobre atuar como gestor cultural de modo geral, e conhecer mais sobre a cultura de onde nasci, lidando diretamente com a diversidade de segmentos culturais presente em Maceió. Essa experiência acabou por me ajudar no tema e elaboração do meu trabalho de conclusão do curso – TCC.

E por fim agradeço ao meu orientador Prof. Marcos Prado, pela paciência e atenciosidade ao me aconselhar das melhores formas, a indicação de referências teóricas e a contribuir para existência desse trabalho, ao qual me dediquei bastante. Com certeza o modo com pude ficar à vontade para desenvolver a produção textual fez toda a diferença.

Obrigado a todos vocês!

RESUMO

Na área da ciência da informação pouco se tem discutido sobre a mediação da cultura e seus alcances, bem como sua capacidade de transformação social e cultural ao disseminar o saber cultural ao indivíduo. As unidades de informação, mais estritamente as bibliotecas são consideradas espaços culturais, então precisam ter a responsabilidade em assumir o papel de intermediar essa disseminação à sociedade. O objetivo da pesquisa é tornar mais evidente o assunto aqui discutido sob pontos de vistas de teóricos do campo cultural, mostrando a dimensão da mediação cultural quando está inserida nas unidades de informação, e assim buscar compreender como o bibliotecário pode aplicar a mediação da cultura em cada uma delas, caracterizando-a como uma competência profissional. O estudo se baseia em uma pesquisa exploratória de conceitos teóricos, através de artigos em revista e livros voltados ao tema apresentado. Por fim, conclui-se que a mediação da cultura é essencial para o desenvolvimento social das pessoas, mas para isso é importante que as bibliotecas e o profissional bibliotecário, sejam entendidos também como agentes fundamentais na disseminação da cultura e não só no quesito informacional.

Palavras-chaves: Mediação cultural; Ação cultural; Competência informacional; Biblioteca; Bibliotecário.

ABSTRACT

In the area of information science, there has been little discussion about the mediation of culture and its scope, as well as its capacity for social and cultural transformation by disseminating cultural knowledge to the individual. Information units, more specifically libraries, are considered cultural spaces, and therefore must take on the responsibility of assuming the role of mediating this dissemination to society. The objective of the research is to make the subject discussed here more evident from the perspective of theorists in the cultural field, showing the dimension of cultural mediation when it is inserted in information units, and thus seek to understand how the librarian can apply the mediation of culture in each of them, characterizing it as a professional competence. The study is based on an exploratory research of theoretical concepts, through articles in magazines and books focused on the presented theme. Finally, it is concluded that the mediation of culture is essential for the social development of people, but for this to happen, it is important that libraries and the librarian professional are also understood as fundamental agents in the dissemination of culture and not only in the informational aspect.

Keywords: Cultural mediation; Cultural action; Information literacy; Library; Librarian.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da mediação cultural.....	14
Quadro 2 – Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Antes.....	15
Quadro 3 – Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Durante.....	18
Quadro 4 – Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Depois.....	19
Quadro 5 – Semelhanças e/ou Diferenças nas bibliotecas: pública tradicional e ação-cultural.....	23
Quadro 6 – Características de uma biblioteca especializada.....	31
Quadro 7 – Descrição das Competências em Informação.....	40
Quadro 8 – Quadro 8 - Disciplinas presentes cursos de Fundamental e Superior.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 MEDIAÇÃO CULTURAL: CONCEITOS TEÓRICOS.....	8
2.1 ETAPAS DE UMA MEDIAÇÃO CULTURAL.....	13
3 MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS.....	20
3.1 FORMAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL EM DIFERENTES TIPOS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO: CONCEITOS.....	25
3.2 O BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR E AGENTE CULTURAL.....	34
4 COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO: ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA.....	39
5 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: INCLUSÃO DE DISCIPLINAS VOLTADAS A CULTURA GERAL EM SEU CURRÍCULO MÍNIMO DE ENSINO.....	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

A mediação da cultura em bibliotecas se apresenta como um desafio profissional aos bibliotecários do século XXI. Isso porque a globalização desterritorializou a identidade cultural projetando formas interativas globalmente estabelecidas pela utilização de aparatos e dispositivos das tecnologias comunicacionais (Haesbaert, 2011). É pelo ambiente pós-moderno da globalização que a comunicação favorece a percepção de uma realidade qualificada em simulacros de representações (Baudrillard, 1991). E estes simulacros impõem uma hiper-realidade caracterizada por “[...] uma simultaneidade de todas as funções, sem passado, sem futuro, uma operacionalidade em todas as direções” (Baudrillard, 1991, p. 77). Ou seja, prevalece a ausência de sentidos para se pensar as conexões do passado, do presente e do futuro, dada a ênfase no imediatismo que delimita a expectativa a uma realidade centrada unicamente no momentâneo em que a tônica paradoxal é compulsiva sobre “agora”, “já” e “neste instante”. Tais influências repercutem pelos intensos processos comunicacionais estabelecidos na sociedade contemporânea. Com isso, “[...] a comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento” (Martín-Barbero, 2015, p. 28, grifos do autor)

Notadamente, se percebe uma sociedade cambiante, dinâmica e acelerada nas transformações que vertiginosamente conduz a lógica transitória de uma realidade efêmera (Eagleton, 2016). Tudo isso evidencia o ritmo das mudanças na sociedade. São transformações culturais que afetam sobremaneira as estruturas características da identidade. Tão logo, os equipamentos e as instituições de cultura são, direta ou indiretamente, afetados pela influência e as incorporações de aspectos culturais múltiplos e, até mesmo, adversos ao cerne da comunidade geograficamente localizada e culturalmente estabelecida por processos históricos.

Desse modo, é preciso reconhecer e enaltecer que a biblioteca se alinha a um tipo de instituição com uma função social muito bem definida e abrangência de atuação devidamente circunscrita à sua comunidade usuária. Assim, se entende comunidade como um espaço geográfico determinado pela “[...] vivência comum entre pessoas que se integram por relações coletivas para estabelecer vínculos característicos de identidade social” (Calheiros; Prado, 2023, p. 201).

Em meio às mudanças culturais que afetam a sociedade, as bibliotecas continuam existindo e resistindo às tentativas e imposições políticas de obsolescência institucional. É pelo compromisso cultural que as bibliotecas tendem a manter elo com os sujeitos informacionais que integram a sua comunidade usuária. Por isso mesmo que se considera útil e necessário o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à mediação cultural em bibliotecas,

especialmente quando se contempla no interesse investigativo as perspectivas da competência bibliotecária.

Por este fato julga-se importante trazer o tema para discussão, apresentando a sua dimensão social e para que cada vez mais seja notabilizada a sua potencialidade na atuação bibliotecária. Visto que, no Brasil a realidade cultural é caracterizada pela descontinuação social, fazendo com que haja esquecimento ou desprezo tocante à criação de políticas culturais e a implementação de diretrizes de incentivo à produção cultural (Rasteli; Caldas, 2019).

Neste sentido, pode -se observar a problemática notória em torno da mediação cultural, onde é preciso entender a necessidade que a cultura em geral tem para a população, e o papel essencial das unidades de informação e de seus profissionais atuando como agentes culturais responsáveis por aproximar o objeto ou saber cultural ao indivíduo.

Mas, para que de fato ambos pudessem se tornar tais agentes, houve um percurso histórico que vai desde o surgimento do conceito “mediação cultural” a partir dos anos de 1950, até a implementação de disciplinas de cunho cultural na grade curricular do ensino de Biblioteconomia no Brasil nos anos de 1980, fazendo com que os profissionais da área fossem formados e versados em cultura geral.

Perante o exposto, esta pesquisa tem como objetivo apresentar as ideias e pontos de vista de teóricos da área cultural sobre a mediação da cultura e sua inclusão em unidades de informação, mais precisamente as bibliotecas e então entender como o bibliotecário pode aplica-la nesses espaços, trazendo o ato de mediar a cultura como uma competência profissional bibliotecária. O conteúdo aqui presente encontra-se dividido da seguinte maneira: introdução, fundamentação teórica, sobre o tema principal que está subdividido em 4 tópicos relacionados e as considerações finais.

Para a metodologia foi realizada uma pesquisa exploratória em meio a base de dados, contendo artigos e livros distintos, que correspondiam à temática apresentada. Após a seleção desse material foi feito uma análise e assim extraído as informações necessárias para a produção do desenvolvimento textual.

Com isso, o desenvolvimento foi definido e organizado pensando ao início no entendimento do leitor sobre assunto delimitado, que é a definição do ato “mediar a cultura”, para que ao adentrar nos demais tópicos se tenha um melhor entendimento dessa mediação dentro dos espaços das bibliotecas, e como responsabilidade social de profissionais da informação enquanto mediadores e agentes culturais. Ademais, esta pesquisa visa servir como base teórica para outros pesquisadores, e assim contribuir para o crescimento da produção bibliográfica de pesquisas sobre o assunto “mediação cultural” inserido no campo da ciência da informação.

2 MEDIAÇÃO CULTURAL: CONCEITOS TEÓRICOS

Ao se buscar conceitos para a mediação cultural, é preciso, antes de tudo, entender como esse termo surgiu, ou seja, investigar suas características históricas e o significado que ele atribui e representa ao entendimento nocional. Coelho Netto (1997) compreende que a mediação cultural está interligada com o surgimento da política cultural, que ganhou notoriedade no final da década de 1950 com a criação do Ministério da Cultura, na França. Porém, foi só na década de 1980 que, em território francês, os cursos superiores voltados à área de mediação cultural começaram a se expandir, e em seu âmbito de estudo se especializou nas ações culturais entre o produtor, obra e seu público.

Este contexto histórico no Brasil contribui diretamente para iniciativas nacionais que pudessem delinear formas educativas para se consagrar os processos didáticos de mediação cultural. Diante de um momento histórico que favoreciam o desenvolvimento da mediação cultural surgiram “As primeiras discussões em torno de uma proposta pedagógica para a mediação de obras artísticas, no Brasil, [que] ocorreram na década de 1950, orientadas por Ecylla Castanheira e Sigríd Porto, no Rio de Janeiro” (Bicalho, 2022, p. 7-8).

Do ponto de vista a se consagrar uma noção referencial, Coelho Netto (1997) nos dá um breve conceito sobre a mediação cultural que por meio de seus densos estudos teóricos em bibliografias especializadas sobre o assunto, conseguiu identificar termos e definições recorrentes e assim elaborar um conjunto de atributos para caracterizar a ideia de conceito geral. Então, para Coelho Netto (1997, p. 247), a mediação cultural consiste em um processo que visa:

[...] promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual - com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura - ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural.

No entanto, Salcedo (2016) argumenta que a definição utilizada pela literatura para mediação cultural não é consensual na comunidade científica, pois essa acepção ainda se encontra em processo intenso de discussões para convergências teóricas. Esta condição de imprecisão conceitual também se mantém porque “[...] definir mediação cultural é uma tarefa que se encontra ainda em processo e não podemos afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade, referindo-se a realidades e/ou fenômenos tomados num mesmo e preciso sentido” (Perrotti, 2016, p. 7).

Além do mais, é preciso se ter noção de que o entendimento de mediação por si expressa um sentido amplo e flexível demais para ser terminologicamente limitado e reduzido a um

significado absoluto e generalista que despreze processos de especificidades características. Isso porque, conforme defende Almeida (2008, p. 3, grifo do autor):

A ideia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de “atendimento ao usuário”, passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação, nos ambientes da pesquisa e da prática, parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si.

Em 2012, foi ofertado um curso de pós-graduação *latu sensu* com especialização na área de mediação cultural, ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesta oportunidade, houve contribuições relevantes para se ampliar os conhecimentos teóricos capazes reunir trabalhos com problemáticas em torno do assunto, permitindo que pesquisadores pudessem avançar em estudos voltados à definição da mediação cultural. Com isso, Salcedo (2016, p. 10), que foi um dos alunos do referido curso *latu sensu* da UFPE, chama a atenção sobre a mediação cultural reconhecendo que esta não se limita a “[...] um conjunto de procedimentos destinados a aproximar o público de obras culturais. É, antes, atuação, tomada de posição em território marcado por posições distintas e nem sempre concordantes”. Ou seja, a mediação cultural reflete, direta ou indiretamente, a consciência de processos políticos que legitimam os fatores de incentivo do desenvolvimento social da cultura e também dos critérios que determinam as instituições responsáveis pela guarda de bens culturais, incluindo as diretrizes estabelecidas para permitir as formas de acessos a estes recursos pela sociedade.

Para Martins (2017) o conceito de mediação cultural existe nos "entres" ou "estar entre muitos" seja por meio de ações e percepções na arte, artistas e entre outros, podendo aproximar-se desde a obra ao artista. Para ele, trata-se de um conceito que provoca sensações e experiências poéticas e anestésicas, a fim de proporcionar experiências únicas e conhecimentos teóricos sobre o assunto. Martins (2017, p.33) ainda reforça em sua obra que “[...] arte é uma área de conhecimento que estimula a criatividade e a percepção, para construção de conceitos e ampliação da sensibilidade. E a mediação é um jogo que desenvolve regras e estratégias”. Ou seja, ao se fazer a junção de ambas temos a mediação da arte, e a arte remete a cultura em seus fazeres e saberes.

Partindo dessa perspectiva, se encontra o pensamento de Davallon (2007) que, por meio de seus estudos, define a mediação cultural como um encontro de dois mundos, ou seja, algo responsável por aproximar um determinado público ao objeto ou saber cultural, isso com a finalidade de apropriação desses termos por parte do público. Para ele, as áreas de museologia

e patrimônio são as mais desenvolvidas no que se refere a mediação, justamente pelo fato de possuir mediadores habilitados ao repassar a representatividade cultural contida em objetos e saberes.

Portanto, a mediação cultural não pode invalidar a prática do repasse cultural de profissionais mediadores, pois não basta só levar o público a arte, deve-se haver uma criação de relação com as obras artístico-culturais, onde o próprio mediador fica responsável por fazer essa aproximação do público. Então a “[...] mediação, desse modo, refere-se a um esquema triangular, sendo necessário a presença do mediador para sanar as tensões sentidas entre os elementos da cultura e o público, gerando uma situação de intercâmbio e meios de interpretação” (Rasteli, 2021, p. 92). Posto isto, o autor enfatiza que o termo mediação expressa o conceito de tríade, onde o mediador se faz presente como uma peça importante no diálogo entre público e obra cultural, onde ele será o terceiro agente nesse ideal.

Já a mediação cultural para Brentan Junior, Martins e Santos Neto (2018) delineia-se por um processo que compreende a sociedade a partir de suas características históricas, sociais e principalmente culturais. Neste sentido, a mediação cultural se configura pela articulação de um conjunto de elementos que influenciam a sociedade com aspectos dispostos em processos de formação da identidade em relações compartilhadas no ambiente geograficamente localizado (Calheiros; Prado, 2023). Assim, costumes, crenças, repertórios linguísticos, valores morais, padrões comportamentais, dentre tantos outros traços sociais que são adquiridos e notabilizados pela vivência coletiva são atributos que potencializam os mecanismos de apropriação cultural.

Entende-se que o objetivo da mediação cultural consiste em ampliar as opções de experiências subjetivas para desenvolver nos sujeitos habilidades intelectuais que expressem sensibilidade que incorporem e reconheçam o sentido simbólico do objeto cultural. Porém, ressalta-se que esse processo não é automático e “neutro” de intenções, muito menos uma aceção universalista para desenvolvimento cultural do coletivo indiscriminadamente. Pois, “A produção e a reprodução social do sentido envolvidas nesses processos culturais não são apenas uma questão de sentido, mas, também e principalmente, uma questão de poder” (Lopes, 2014, p. 67).

Por esta perspectiva, Brentan Junior, Martins e Santos Neto (2018, p. 7) esclarecem que a mediação cultural:

[...] é um processo significativamente complexo, uma vez que envolve aspectos relacionados ao fazer do profissional mediador, à cultura, à subjetividade, ao processo de interpretação, apropriação e à construção de sentidos. Deste modo, a mediação cultural pode ser relacionada ao processo de Análise de assunto, com vistas a propor uma perspectiva que incorpora as discussões sobre tais temáticas.

Isto significa dizer que a mediação cultural em geral implica em um conjunto de práticas e situações que tem por finalidade levar ao mesmo objetivo em comum, que como citado anteriormente vai muito além de aproximar as pessoas de obras e saberes culturais.

Com base nos estudos de caso de Costa (2009), é apresentado que a mediação cultural se trata de uma representação da sociedade, através de obras arquitetônicas de arte e fazeres artísticos. Mediadores responsáveis destinam-se a buscar um conjunto de métodos para intermediar essas obras e fazeres culturais, tornando-os conhecidos e permitindo assim uma melhor compreensão de ambos. O autor ainda comenta que o profissional mediador trabalha com múltiplas linguagens, permitindo-o que saiba se comunicar com toda a cadeia produtiva cultural, que vai desde os artistas e fontes de recursos até o público interessado. Sob a mesma perspectiva, Vidal e Gondim (2018, p.01) diz que:

As concepções de mediação se configuram no campo da atividade de acompanhamento cultural e o processo de aprendizagem se dá de maneira coletiva, sendo as informações negociadas e, portanto construídas e reelaboradas mutuamente.

Com isso, é possível relacionar que para haver uma mediação cultural fundamentada, o profissional responsável precisa ter o conhecimento de todos os dados de uma obra, como por exemplo: sua origem, criador, o que ela apresenta, valor de mercado e o funcionamento do espaço cultural onde ela se encontra. Essas informações são obtidas justamente com a participação e o diálogo do mediador com todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural e assim as informações obtidas, são reorganizadas por ele de forma com que aproxime o público do objeto cultural.

Silva e Pereira (2022) entendem a mediação cultural como algo formador, difusor e que fomenta a cultura por meio de práticas educativas-culturais e diversidade cultural, permitindo o acesso de um público variado a segmentos culturais ligados à arte. Isso dito com base no referencial de arte e educação do Sesc Maranhão, que possui um programa de cultura com ações que trazem identificação e experiência para o indivíduo, através de práticas culturais que visam criar vínculos afetivos com o campo artístico-cultural.

Neste mesmo caminho Wendell (2013, p. 6) já havia comentado sobre o ensino educativo pela mediação da cultura, quando aponta que “É formada por um conjunto de ações educativas que se dividem em etapas antes, durante e depois do encontro do público com as obras artísticas.” Visto isso, essas atividades formativas permitem que as pessoas tenham uma vivência livre, criativa e participativa pela mediação. Pois a mesma não se limita apenas por o indivíduo em contato com obras culturais, mas também abrir caminhos para que escolha aproximar-se de obras de seu próprio interesse.

Rasteli e Cavalcante (2014) acreditam que dentro do campo de estudos das ciências sociais, a mediação está interligada às teorias da ação, o ato de mediar por parte de um mediador pode ocorrer a partir de ações sociais. Então sob a perspectiva cultural, pode-se dizer que mediar a cultura se caracteriza como uma ação cultural.

Neste sentido, Flusser (1983, p. 148) caracteriza entendimentos que relacionam dinâmismos que interagem em “[...] uma ação cultural, as duas posições diante da cultura – acervo e contexto – devem ser constantemente consideradas, pois a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido”. Os autores ainda dizem que a mediação é uma conexão definida entre ações socioculturais e interesses individuais ou coletivos.

A mediação cultural para Rasteli e Caldas (2019), acontece por interações sociais e apropriação simbólica, ou seja, por um processo de relação entre indivíduos com outros indivíduos ou objetos, fazendo com que uma pessoa interprete os sentidos e consiga formar significados. Eles ainda completam que a “[...] a mediação é vista em espaços onde os sujeitos produzem e se apropriam de significados nas esferas comunicacionais e informacionais como as bibliotecas” (Rasteli; Caldas, 2019, p. 9). Além das bibliotecas, existem outros espaços que também possuem essa responsabilidade social, como os centros culturais.

Os centros culturais de acordo com Lipinski e Cavalcante (2022, p. 5) são locais de grande relevância para sociedade pois:

Eles oportunizam acesso à informação, inclusão social, divulgação da cultura, difusão artística, lazer etc. Suas raízes estão no continente europeu, especificamente em Paris, na França, em meados dos anos 1970, com a inauguração do Centro Cultural Georges Pompidou, o primeiro do mundo. A intenção com a criação dos centros culturais era a democratização do acesso ao lazer e à cultura.

Então, são locais onde de fato a mediação cultural acontece, e o interesse pessoal de um público começa a surgir, permitindo assim cada vez mais o desenvolvimento cultural, através da significação e apropriação.

Existem meios de identificar a mediação cultural, um modo interessante a ser levado em consideração foi discutido por Sousa et al. (2023), quando falou sobre a manifestação de memórias e identidade por meio da música, garantindo que se trata de um ato mediador. A música geralmente é composta a partir de vivências e emoções de um músico, logo após registrada em documentos formando a partitura ou estrofe musical.

Os registros permitem um mapeamento da trajetória musical de um indivíduo, que conseqüentemente pertence um local inserido em um contexto sociocultural, e é a partir desses registros que a mediação acontece, pois interfere na produção de conhecimento, trazendo características memoráveis e identitárias do músico-compositor. Então em complemento a isso

outros meios também podem ser “[...] A língua, a gastronomia, a música, o teatro, a dança, o cinema, as artes visuais, a cidade, a moda, os patrimônios imateriais etc.” (Wendell, 2013, p. 12). Cada um desses segmentos a seu modo específico, consegue mediar a cultura sob sua manifestação artística.

2.1 ETAPAS DE UMA MEDIAÇÃO CULTURAL

A ideia de mediação cultural se articula pela interferência, direta ou indireta, na relação do indivíduo com os atributos e objetos da cultura para qualificar este processo em concepção dialética pela sistematização de estágios procedimentais. Pois, com base em Lopes (2014, p. 71), entende-se que “A mediação é um espaço entre a cultura, a comunicação e a política que coloca em relação dialética as lógicas da produção e do consumo, os formatos industriais e as matrizes culturais”.

Notadamente, se percebe que a mediação cultural é sensível às diferentes interferências apresentadas e/ou realizadas em variadas concepções intervencionistas. Afinal, nem mesmo há uma precisão determinista que estabeleça profissionalmente quem deve ser mediador para atuar em processos de mediação, seja a mediação da informação ou mesmo a mediação cultural. Pois, como apresenta Bicheri (2008, p. 94):

Os mediadores e a mediação não estão restritos a uma categoria profissional e nem a uma atividade específica. O mediador pode ser o professor, um padre, um pastor, um escritor, um jornalista, um apresentador de TV ou rádio, um bibliotecário, um crítico de cinema, entre outros. Cada mediador tem sua importância. Os mediadores do conhecimento favorecem a interação entre pessoa e objeto do conhecimento, propiciando a construção, divulgação, disponibilização e reconstrução do conhecimento. Tais mediadores podem se dividir em incontáveis profissões nos diferentes estratos sociais e culturais de uma comunidade, seja ela letrada ou popular.

Para Wendell (2013), a mediação cultural se divide em três etapas que são compreendidas como fases específicas de um processo intervencionista, ou seja, que reconhece a interferência como atitude para propiciar experiências que permitam a apropriação cultural. Neste sentido, Wendell (2013) se utiliza de três categorias temporais para distinguir a ocorrência de etapas sequenciais em que há o desenvolvimento de atividades correspondentes. Logo, Wendell (2013) estabelece ações antecedentes à realização da mediação cultural para mobilizar estratégias prévias e introdutórias aos propósitos de interferências.

Na sequência a mediação cultural acontece de fato, como ápice de sua realização processual em que há ações de interferência para instigar o sujeito a ampliar empiricamente a sua percepção cultural. Na última etapa ocorre a experiência de reflexão, associação contextual e estímulos para reprodução do que foi apreendido culturalmente às subjetividades dos conhecimentos apropriados.

Considerando a necessidade dessas etapas que Wendell (2013) subdivide a realização da mediação cultural em antes, durante e após o encontro do mediador com público interessado. Cada etapa possui suas propriedades, sendo elas descritas abaixo:

Quadro 1 - Etapas da mediação cultural

ANTES	DURANTE	DEPOIS
<p><u>Mobilização</u>: o público é incentivado por diversas informações que são divulgadas, gerando um interesse e criando um entusiasmo em experienciar o produto cultural.</p> <p><u>Sensibilização</u>: o sensibilizar se desenvolve pela própria força e valor do produto cultural, alimentando uma mediação que estimule esteticamente o público na sua emoção, reflexão e vontade.</p> <p><u>Preparação</u>: há um acesso aos conceitos, técnicas e estéticas que envolvem o produto cultural, em que o público aprende a reconhecer os elementos mais diversos das obras que ele entrou em contato.</p>	<p><u>Encontro</u>: a mediação prioriza a qualidade de um encontro único entre obra e público, organizando o momento com todas as facilidades de acesso necessárias.</p> <p><u>Apropriação</u>: (é o momento de o público se apropriar da obra, recriá-la a partir de seus interesses, referenciais e conhecimentos, tornando-a integrada à sua história de vida).</p> <p><u>Reflexão</u>: para que seja efetivada a relação com a obra, devem ser criados meios livres de reflexão sobre o que ela traz ou apresenta para o público, alimentando a aprendizagem cultural.</p>	<p><u>Reverberação</u>: a mediação ajuda que a obra continue a reverberar na vida pessoal e social do público.</p> <p><u>Internalização</u>: o público guarda as sensações e reflexões do momento vivido com a obra. A mediação abre um espaço para que ela seja mais internalizada numa proposta de recriação posterior dos elementos da obra.</p> <p><u>Reconhecimento</u>: existem muitos elementos vivenciados no encontro com a obra que necessitam ser reconhecidos esteticamente e tecnicamente. O público torna-se mais consciente e autônomo no seu reconhecimento da obra.</p>

Fonte: Adaptações de Wendell (2013).

O esquema apresentado no Quadro 1 tem muita similaridade com a expectativa que os teóricos da área de teatro mantêm com o sujeito quando é expectador de peças cênicas, incluindo semelhança pela formulação de três fases para estimular o processo de apropriação cultural. Neste sentido, “[...] no primeiro momento, ele reconhece o signo; no segundo momento, decodifica o signo; e, no terceiro momento, interpreta o signo, relacionando-o aos demais signos visuais e sonoros presentes na encenação” (Desgranges, 2006, p. 153). Aliás, o teatro é uma forma genuína de intervenção artística para se desenvolver a ação cultural e também para se implementar as estratégias de mediação cultural, além mobilizar aportes cênicos às “leituras” necessárias que potencializam a interpretação da realidade e seus contextos socioculturais. Coelho Netto (1989) assertivamente considera que o teatro oferece recursos imprescindíveis da ação cultural, o que se leva a crer serem igualmente fundamentais ao desenvolvimento da mediação cultural. Dada a sua importância irrefutável à ação cultural,

Oliveira (2011, p. 32) esclarece que “A mediação teatral é um processo artístico-pedagógico que interliga o público e a obra teatral, possibilitando o acesso e a formação das pessoas, como espectadores autônomos, capazes de observar, criticar e se transformar, a partir da vivência da obra de arte” (Oliveira, 2011, p. 32).

Wendell (2013), a partir das suas três etapas, entende que tais sistematizações prescrevem ações que buscam delinear o processo de mediação cultural. Logo, essas estratégias didáticas e educacionais são formas de intervenções características à mediação cultural. Paula (2012, p. 58) defende que “A mediação cultural dá-se no campo da natureza simbólica da cultura, preocupada com a circulação e interpretação dos códigos culturais, bem como busca estabelecer uma possibilidade de articulação e diálogo entre os mundos, visões e estilos de vida dos distintos grupos sociais”. Então, o Quadro 1 oferece apenas exemplos pontuais para a realização da mediação cultural, deixando aberta outras possibilidades compatíveis, ou seja, não há receita pronta para ser replicada com a mesma modelagem.

Tendo como base o Quadro 1, considera-se importante destacar que o objetivo final das etapas é o contato direto e apropriação do público com o objeto cultural, além disso o profissional mediador precisa ter em mente cada uma das propriedades descritas, para que seu trabalho seja realizado de forma efetiva.

As etapas idealizadas por Wendell (2013) ainda possuem ações educativas de mediação cultural, sendo que, na etapa caracterizada como **antes**, se trata de uma fase responsável por mobilizar, sensibilizar e preparar o público interessado para a ocasião em que eles ficam frente a frente com a obra artística. Portanto, corresponde a uma etapa de introdução do sujeito ao processo de receptividade informacional estabelecida pelas ações coordenadas para se realizar a mediação cultural.

Para melhor elucidar os tipos de ações envolvidas nesta etapa, momento antecedente ao contato profissional que desenvolverá o processo de mediação cultural, segue o Quadro 2 contendo 14 exemplos característicos que foram propostos por Wendell (2013).

Quadro 2 - Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Antes

AÇÕES DO ANTES NA MEDIAÇÃO CULTURAL
<ul style="list-style-type: none"> → Oficinas de criação artística relacionadas à estética do produto cultural; → Visita ao espaço em que será realizado o evento cultural; → Seminários com temas relacionados ao projeto cultural; → Realização de pesquisa nas mais diversas formas sobre a estética da obra mediada; → Estudo de outras obras relacionadas estética e tecnicamente aos artistas ou grupos culturais; → Análise técnica de outras obras parecidas; → Participação do público em atividades mais variadas com os fazedores do produto cultural mediando; → Integração do público às etapas de construção da obra como cocriadores;

- Mesas-redondas e/ ou conferências relacionadas ao evento ou produto cultural;
- Envolvimento do público em pesquisas temáticas;
- Assistência ou visitação de outras obras culturais correlacionadas;
- Distribuição de cadernos de atividade artísticas e pedagógicas para que grupos diversos apliquem em suas instituições, trabalhando sobre os temas, a estrutura ou a estética da obra;
- Distribuição de material informativo criativo (jogos, questões etc.) que estimule a inventividade do público e faça-o ampliar sua capacidade crítica;
- Campanhas e enquetes nas redes sociais vinculadas ao produto cultural.

Fonte: (Wendell, 2013).

O Quadro 2 lista uma série de possibilidades que representam ações compatíveis às expectativas didáticas para intervenções antecedentes no processo de mediação cultural. Mantendo a sua essência na função educacional para formação de usuários de unidades de informação e cultura, as estratégias de mediação cultural visam ampliar possibilidades e oportunidades para estreitar “[...] laços afetivos, afinando a sintonia, mediando a relação dialógica entre espectador e obra de arte” (Desgranges, 2006, p. 157).

Ao ser oferecido um conjunto de possibilidades para ações de intervenções didáticas no processo de mediação cultural, espera-se que o mediador tenha a sensibilidade e o reconhecimento das necessidades culturais latentes em sua comunidade usuária para implementar ações que sejam afinadas às demandas reais dessa realidade social. Para Almeida (2005, p. 87), “O conhecimento do usuário é indispensável, tanto para o planejamento de novos serviços de informação, como também, para o aprimoramento dos serviços já existentes”. Obviamente que a mesma tônica se dá ao processo de mediação cultural, notabilizando a importância dos estudos de comunidades e de usuários para realçar a existência de grupos sociais e as suas características específicas para produtos e serviços compatíveis ao seu perfil. Afinal, conforme defende Prado (2023, p. 7), “É pela identificação de grupos sociais que são percebidas as nuances de especificidades predominantes de uma comunidade”.

De todo o modo, as ações listadas no Quadro 2 contribuem como referência inicial, servindo de parâmetro para o desenvolvimento de ações específicas às estruturas institucionais e sociais de organizações específicas. Pois, cada realidade tem a sua dinâmica peculiar.

Na segunda fase das três etapas propostas por Wendell (2013), sistemática voltada ao processo da mediação cultural, é identificada como o momento ápice da experiência do sujeito com a incorporação de novos elementos cognitivos em que o estágio do “durante” se refere à ação de propósitos dirigidos para realizar ou incentivar mudanças e transformações individuais.

Com isso, a mediação cultural, a partir da etapa caracterizada como “durante”, possibilita ao sujeito contatos práticos com elementos simbólicos que são frutos da criatividade humana e que se inserem em uma historicidade cultural de um tempo determinado e geograficamente referenciado. É possível considerar que a ação cultural instrumentaliza a

potencialidade da mediação cultural. Pois, “Todo o processo de ação cultural engloba também a dimensão de mediação [...]” (Flusser, 1980, p. 134). Neste sentido, Coelho Netto (1997, p. 32) é assertivo em definir a ação cultural como um “Conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural”.

Notadamente, a mediação cultural, especificamente considerada pela segunda etapa proposta por Wendell (2013), realça o protagonismo social do mediador cultural e a importância de suas ações profissionais, incluindo as variadas formas de interferências empreendidas neste processo. Com isso, é preciso admitir que a mediação cultural não se restringe à passividade descomprometida da contemplação. Isso porque a mediação cultural mantém propósitos inclinados às mudanças e transformações das capacidades humanas. E esse processo se desenvolve para o sujeito incorporar novas percepções culturais e ampliar domínios e habilidades intelectuais para associação contextual que tornem este sujeito em um ser consciente e crítico da estrutura cultural do seu tempo.

Com isso, a mediação cultural também pode ser elaborada pela forma biarticulada da ação cultural em que se delinea por “[...] uma gradação entre dois tipos básicos de ação cultural: *a ação cultural de serviços e a ação cultural de criação*” (Coelho Netto, 1997, p. 33, grifo do autor).

De todo o modo, o momento identificado como “durante”, segunda fase das três etapas de Wendell (2013), tenha experiências culturais suficientes para:

[...] permitir que o sujeito se construa, que o sujeito, a partir das atividades propostas e implantadas, se construa como ser; que o sujeito seja um produtor cultural e não um mero consumidor ou que receba e aceite, passivamente, o que os agentes culturais – neste caso, os bibliotecários – desejam que ele se aproprie (Almeida Júnior, 2017, p. 51).

Assim sendo, na fase identificada como “durante”, o sujeito se depara com experiências de estímulos à curiosidade e reflexões que o incitam a ampliar os seus conhecimentos implícitos, mas também de articular atributos de conhecimentos explícitos. Aqui já ocorre o encontro, então a partir disso vem uma análise significativa gerando a apropriação do objeto pela pessoa, sendo integrada às vivências pessoais, e logo após a capacidade reflexiva sobre a estética e história apresentada.

Visando compreender a segunda etapa de Wendell (2013) para se desenvolver a mediação cultural, se apresenta abaixo o Quadro 3 contendo ações propositivas para serem realizadas as ações educativas correspondentes aos propósitos da mediação cultural.

Quadro 3 - Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Durante

AÇÕES DO DURANTE NA MEDIAÇÃO CULTURAL
<ul style="list-style-type: none"> → Recepção no local feita pelo mediador que questiona o público sobre o que vai acontecer, gerando um diálogo inicial; → Exposições de fotos ou vídeo-documentário do processo de construção da obra; → Apresentação do espaço cultural e de como ele funciona; → Visita ao que está por trás da obra depois de vivenciá-la; → Passar por uma sequência de contato com a obra com a presença do mediador que realiza questionamentos no momento apropriado ou desenvolver atividades criativas sobre cada obra; → No caso de alguma exibição ou apresentação, pode-se ter um debate entre os fazedores culturais e o público; → No espaço, pode-se ter algum lugar reservado para o público deixar suas visões, interpretações e sensações sobre o que vivenciou através de textos, pinturas, esculturas, gravações etc. É colocar o público para produzir esteticamente; → Dependendo do tipo de produto cultural, pode-se criar um ambiente que estimule o público a estar integrado à obra e a viver ludicamente este contato; → Realização de pesquisa de opiniões com o público através de questionários ou entrevistas com os mediadores; → Gravação de depoimentos sobre a obra cultural em vídeo; → Convite do público para se inscrever neste dia em oficinas, seminários ou outras atividades que irão acontecer nas ações posteriores.

Fonte: (Wendell, 2013).

O Quadro 3 elenca uma série de ações que podem ser desenvolvidas pelas estratégias de mediação cultural. Com isso, vislumbram-se possibilidades para a implementação em equipamentos de cultura. Porém, ressalta-se a importância da competência profissional do mediador para exercer com responsabilidade essa função. Neste sentido, é preciso considerar que, dentre as habilidades requeridas para o mediador cultural, é preciso que seja

[...] um profissional capaz de entender os mecanismos da atuação em grupo que possibilitem a esse grupo o exercício da criatividade (ao invés de castrá-lo para isso, como ocorre com frequência) e capaz de conhecer a natureza e possibilidades das linguagens e equipamentos culturais de que servirá – e que por isso mesmo terá condições de equacionar sua própria presença e intervenção no grupo, ou junto ao indivíduo, de modo a não perturbar exageradamente a natureza (para não dizer a ‘autenticidade’) do processo (Coelho Netto, 1989, p. 57, grifo do autor).

É possível vislumbrar que o mediador cultural seja alguém com sensibilidade aguçada para compreender a precisão do momento e o tempo certo de se realizar as suas intervenções. Mediar é um processo que se aprimora com a experiência do mediador. Então, o Quadro 3 serve como ideia referencial e não como um modelo fixo para determinar as ações da mediação cultural.

Já na terceira e última etapa idealizada por Wendell (2013), fase esta denominada de “depois”, a experiência com a obra cultural é amplificada, devido à vivência e assim reverbera emoções muitas vezes ainda não sentidas pelo sujeito que passou pelo processo de mediação cultural e foi incitado às formas subjetivas de apropriação cultural. Assim, durante as ações

realizadas, o sujeito tem uma internalização mais significativa, em relação ao que já foi refletido anteriormente, e então ocorre o reconhecimento estético e técnico do produto cultural de forma autônoma.

Para melhor exemplificar os procedimentos compatíveis à terceira etapa proposta por Wendell (2013), segue o Quadro 4 que reúne uma série de ações propositivas com a finalidade de provocar e estimular o sujeito às práticas efetivas de mediação cultural.

Quadro 4 - Ações educativas de mediação cultural - Etapa: Depois

AÇÕES DO DEPOIS NA MEDIAÇÃO CULTURAL
<ul style="list-style-type: none"> → Oficinas de produção estética vinculada às técnicas que foram utilizadas para a criação da obra e que são destinadas aos públicos que são inscritos para participar; → Criação de grupos de discussão nas redes sociais; → Continuação do diálogo com o público através de e-mails que foram coletados nas ações do durante; → Construção de uma nova obra cultural com a participação do público mediado anteriormente; → Produção de textos sobre a obra cultural; → Produção de pintura, desenhos, vídeos e tantos outros materiais estéticos a partir do que foi vivenciado; → Debates com os fazedores culturais em eventos posteriores; → Produção de materiais estéticos para serem expostos ao redor do local da obra cultural; → Organização de um período com data e horário em que o público possa dialogar diretamente com os artistas através de um site; → Visitação dos artistas aos públicos nas instituições de que eles fazem parte.

Fonte: (Wendell, 2013).

Verifica-se pelo Quadro 3 a disposição de um conjunto de atividades que tendem a proporcionar experiências pessoais de reflexões e elocubrações no sujeito, fazendo deste um ser que busque reflexões contundentes para expressar a sua apropriação cultural. Com isso, o agente protagonista da mediação cultural deve ser notabilizado: o mediador. Afinal, é “[...] o mediador que promove essa transação entre o processo de produção, difusão e apropriação [...]” (Paula, 2012, p. 58).

Como se apresenta aqui neste trabalho acadêmico, a mediação da informação é um elemento indispensável a se considerar na formação bibliotecária para agregar e ampliar as suas competências profissionais. Desse modo, já expostas as reflexões de mediação cultural, orienta-se a sequência deste trabalho com o capítulo 3 que contém abordagem voltada à mediação cultural em bibliotecas.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS

O interesse e o desenvolvimento por estudos e pesquisas voltados à mediação cultural pela comunidade científica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação configuram um contexto recente, mas de marco significativo ao considerar a extensão da escala temporal para determinar a consolidação de ocorrências factuais em processos históricos. Pois, como demarcam Freire e Freire (2014), o primeiro artigo publicado em revista científica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com foco temático dedicado à mediação cultural, é autoria de Victor Flusser (1980). Se trata de um artigo que “[...] foi publicado no n. 2 do v.9 da *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, em 1980, e tem como tema o papel da biblioteca pública na mediação cultural” (Freire; Freire, 2014, p. 178, grifo dos autores).

A mediação cultural dentro das bibliotecas surge a partir da necessidade de informação sobre elementos artístico-culturais, por parte de leitores/usuários que têm interesse em conhecer a cultura de uma obra ou local. As bibliotecas desde os primórdios são consideradas como espaços ou centro culturais, e dentre elas existem tipos específicos, assim como diferentes profissionais mediadores responsáveis por intermediar a cultura. Para Flusser (1980) a biblioteca pública é tipo de unidade de informação com maior capacidade de articular a transformação social pelas ações de cultura em seu meio, ou seja, implementando ativamente a mediação cultural em sua comunidade. Com isso, “Uma biblioteca verdadeiramente pública deve desenvolver atividades que possibilitem o acesso crítico à herança cultural” (Flusser, 1980, p. 135). Assim sendo, essa concepção de biblioteca se caracteriza pela ação cultural ofertando interferências estratégicas para possibilitar reflexões contundentes no indivíduo e incitá-lo às incorporações de repertórios variados que ressaltem novos elementos linguísticos e cognitivos para tornar este sujeito em alguém crítico e consciente dos aspectos dominantes que estruturam a sua realidade sociocultural.

Flusser (1983) concorda que as bibliotecas podem ser centros culturais ou uma biblioteca ação-cultural, que tem por responsabilidade social estimular o desenvolvimento cultural das pessoas a partir de um conhecimento cultural existente, e assim contribuir para uma cultura que se encontra em constante evolução. Afinal, como defende Coelho Netto (1989, p. 20), “Cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação”. E a biblioteca, em qualquer característica tipológica da sua organização institucional, é sempre um espaço notável de cultura.

Rasteli (2021), a partir de sua busca pelo conceito de mediação cultural nas bibliotecas, enfatiza também que é essencial a presença de um mediador-bibliotecário para mitigar necessidades e dúvidas sentidas pelo público sobre uma obra cultural, principalmente quando se envolve problemas sociais em torno dela. Ou seja, em situações de conflitos que precisam da mediação cultural para se buscar soluções compatíveis com emergência circunstancial do momento. Com isso, Almeida, Rodrigues e Santos (2022, p. 3) pontuam que:

[...] é necessário primeiramente o reconhecimento da cultura como elemento central nas relações sociais que envolvem a comunicação e, também, a compreensão de que a mediação não se limita a simples passagem ou transferência de informação ou conhecimento, mas de uma ação de criação de condições de relações que coloca os indivíduos em um papel ativo nesse processo.

Neste sentido, a função do mediador-bibliotecário dentro das bibliotecas, é mostrar ao público a devida relevância do produto cultural, no contexto social, estabelecendo uma relação de proximidade entre ambos. No entanto, é preciso cautela no processo de mediação cultural porque “A linha que separa a interferência da manipulação é extremamente tênue. Apesar disso, o profissional da informação deve procurar o difícil equilíbrio entre essa relação” (Almeida Júnior; Bortolin, 2008, p. 74). Infelizmente, os processos educativos tendem a ter inclinações tendenciosas na apresentação de conteúdo informativo a respeito de obras e bens culturais, inclusive na forma de associação dos acontecimentos e fatos dispostos em contextos históricos de movimentos artísticos e culturais. Com isso, “A cultura e a arte transformam-se em objetos de interpretação e divulgação, manipuladas por interpretadores e divulgadores, num processo que torna estas atividades e seus promotores mais importantes que a própria criação e seus agentes” (Coelho Netto, 1989, p. 29).

Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que se intensificaram as discussões em torno da função cultural do bibliotecário e das bibliotecas, momento em que os termos “animação” e “ação cultural” repercutiram na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (Rasteli; Caldas, 2017). Neste período alguns teóricos brasileiros se destacaram como referências fundamentais nos estudos e nas pesquisas culturais desenvolvidas no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Assim, Almeida Júnior (2017, p. 47) indica nominalmente “[...] os mais citados na produção científica brasileira sobre a temática: Paulo Freire, Teixeira Coelho, Luis Milanese, Suzana Sperry, Victor Flusser e Maria Helena Toledo Costa Barros”.

Os nomes listados por Almeida Júnior (2017) permanecem como importantes referências de contribuições teóricas na literatura especializada contemporânea, porém atualmente a ação cultural tem sido prevalectida pelos enfoques da mediação cultural. Certamente que esta essa predominância da mediação cultural sobre os interesses da

Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileiras pela ação cultural tem a ver com o crescimento sistemático da mediação da informação em publicações científicas no país. Almeida Júnior (2017, p. 47) constata que “Os textos sobre ação cultural foram muito pouco produzidos, numericamente, se comparados com textos sobre outros temas. Da mesma forma, recuaram bastante as publicações versando sobre informação pública”. Almeida Júnior (2017) justifica essa perda de interesse pela ação cultural nos estudos de Biblioteconomia e Ciência da Informação como consequência das diferentes intervenções governamentais que impactaram a condição estrutural da cultura brasileira e as suas instituições.

Apesar de numericamente menos expressivos os números de publicações em Biblioteconomia e Ciência da Informação com temáticas e objetos de pesquisas científicas, voltados à tônica cultural, ainda assim há publicações significativas e relevantes na área.

Pois, com o passar do tempo, este domínio de especialidade intensificou o processo de discussão e a oferta de publicações científicas envolvendo a relação das bibliotecas com os processos sociais e as suas dimensões de fundamentos conceituais para animação e ação cultural, obviamente que a mediação cultural tem influenciado essa situação. De forma oportuna, Santos (2016, p. 178, grifo do autor) esclarece que é “[...] Importante dizer que os termos ‘animação cultural’ e ‘ação cultural’ circulam no meio bibliotecário até a exaustão, e antes de qualquer outra consideração, é necessário distingui-los, não apenas por questões técnicas, mas porque implicam em conceitos e práticas diferentes”.

Sendo assim, Ferreira e Bari (2016) explicam a distinção de ambos, quando pontuam que a animação cultural, se trata de atividades lúdicas e recreativas que nem sempre estão ligadas com a leitura, mas tem por objetivo evidenciar os serviços oferecidos por uma biblioteca, atuando com uma estratégia de marketing para atrair as pessoas.

Enquanto que a ação cultural se baseia na elaboração de atividades culturais voltadas à leitura, a inserindo em diferentes métodos e estimulando a autonomia literária e cultural do indivíduo, isso por meio de sua participação na construção dos mesmos, e ainda fazendo com que ele se aproprie do ambiente da biblioteca e seus serviços.

Ainda nesse contexto, Flusser (1980) acredita que uma biblioteca pode possuir duas dimensões, sendo elas atuando como uma biblioteca pública tradicional que realiza suas funções comuns, como por exemplo consulta ao acervo local. Já a outra dimensão se qualifica como biblioteca ação-cultural, que tem por finalidade desenvolver atividades por meio da mediação de uma herança cultural, presente nos livros ou produto cultural dentro da própria biblioteca.

Abaixo segue o Quadro 5 contendo as semelhanças e as diferenças entre ambas as dimensões de bibliotecas, conforme descreve Flusser (1980):

Quadro 5 - Semelhanças e/ou Diferenças nas bibliotecas: pública tradicional e ação-cultural.

BIBLIOTECA PÚBLICA TRADICIONAL	BIBLIOTECA AÇÃO-CULTURAL
Tradicionalmente a biblioteca é lugar de livros. Isto é, lugar de informações; arquivo de cultura; museu. Sua função é a de oferecer informações, um acervo cultural, para um grupo de pessoas. A biblioteca é uma fonte de literatura na qual uma população carente de cultura (público efetivo e potencial) vem se satisfazer.	A biblioteca ação-cultural também tem livros, também é lugar de informações. Porém a nova biblioteca não oferece esta “cultura do passado” para uma população, mas em uma ação com esta população analisa criticamente esta herança cultural. Ela conquista o passado cultural, para poder possuí-lo, conquista que se realiza através da relação dialógica entre o aqui e agora da população em questão e a obra do passado.
Na biblioteca tradicional todos livros já estão escritos.	Na biblioteca ação-cultural a dimensão criativa é presente de maneira primordial, e grande parte dos livros ainda não estão escritos. Mas o serão pelo não público que então terá a sua palavra.
A biblioteca tradicional é implantada em uma realidade determinada. Ela é algo de fora colocado dentro de um organismo. E, como tudo que é implantado, a biblioteca está sujeita à rejeição por parte da comunidade, ou seja, será uma biblioteca vazia e sem leitores.	A biblioteca ação-cultural não é implantada, mas surge de um processo de emergência cultural. Vindo de dentro, ela não corre o risco de ser rejeitada pois ela responderá às reais aspirações de sua comunidade. Não será mais uma biblioteca para a comunidade, mas uma biblioteca da comunidade.
O agente da biblioteca tradicional, o bibliotecário, está à disposição de um grupo de pessoas para ajudá-las e orientá-las no manuseio de livros e outras formas de cultura literária. Embora esta função seja de grande importância, ela não é suficiente em uma biblioteca-ação cultural.	O agente desta nova biblioteca, o animador bibliotecário, não está à disposição da comunidade, mas faz parte dela. Crescendo juntos, bibliotecário (enquanto profissional) e população, eles criarão a estrutura e as características de uma nova biblioteca. Ser bibliotecário de uma biblioteca verdadeiramente pública, é desenvolver de uma maneira política a sua profissão.

Fonte: Flusser (1980)

Posto isso, sob essas perspectivas, é possível entender que uma biblioteca ação-cultural, pode proporcionar condições de impacto social garantindo maior abrangência às pessoas, sendo estas consideradas como um público efetivo para se atribuir elementos criativos e didáticos nas múltiplas formas de se implementar a mediação cultural em bibliotecas. Enquanto que a biblioteca tradicional, ainda permanece se limitando ao público já existente e em aspectos da literatura informativa.

O século XXI tem apresentado desafios latentes às configurações de novos formatos para se redimensionar as estruturas que moldam os padrões de funcionamento das bibliotecas contemporâneas. Não é possível persistir em mecanismos ultrapassados diante de uma sociedade caracterizada por ser efêmera, implicando na obsolescência frequente até mesmo nos aparatos de recursos comunicacionais para interações simultâneas em alcance de escalas globais. É preciso pensar uma biblioteca culturalmente atrelada à urgência das necessidades

atuais. Portanto, é preciso reconhecer que “O esforço de superação a ser feito exige políticas culturais que transportem as bibliotecas do século XIX para os centros de informação e cultura como uma exigência do século XXI” (Milanesi, 2013, p. 63).

Desse modo, é possível se pensar a biblioteca como um espaço social engajado com o reconhecimento da pluralidade existente na diversidade cultural, algo que é característica da condição humana. Scheuer, Bedin e Sena (2020) ressaltam que a mediação cultural dentro das bibliotecas tende a trazer amplas possibilidades para que o bibliotecário possa criar formas de dinamizar as atividades oferecidas por este equipamento de cultura, moldando e ajustando modelagens conforme a exigência da realidade local.

Pajeú e Almeida (2020) entendem que os bibliotecários, assim como outros profissionais mediadores, têm a obrigação social de promover na biblioteca um ambiente democrático e tranquilo para que o público possa se identificar com recursos informativos de abrangências socioculturais que sejam pertinentes para seu desenvolvimento como cidadãos e sujeitos culturais. E esse público merece tratamento didáticos muito especial quando se trata de crianças e jovens, pessoas que ainda estão processo de construção das suas opiniões e ideais, podendo ainda ser estimulados a reconhecer e incorporar atributos da diversidade cultural. Afinal, como definem Rasteli e Caldas (2018, p. 48):

[...] A cultura implica no complexo sistema social refletindo as relações que se vivenciam cotidianamente. Em cada grupo social, são observados elementos formadores de uma determinada cultura, com nuances, diferenças e características distintas. Não há cultura sem diversidade. O conceito de cultura corresponde à multiplicidade dos grupos humanos e, consecutivamente, relaciona-se à pluralidade, multiplicidade cultural de um povo, espraiando-se num determinado tempo e território, formando a dantesca diversidade cultural da espécie humana.

Portanto, nota-se o peso social que a diversidade multifacetada possui perante a cultura, como foi dito, não existe cultura sem que a diversidade esteja presente, então de fato as bibliotecas têm a responsabilidade como espaço cultural, em promovê-la e ensiná-la a sociedade. Em conformidade, Alves e Carvalho (2022, p. 17) reconhecem que: “[...] De um modo geral, as bibliotecas podem ser esses espaços abertos para que, a partir de conversas críticas, os membros da comunidade que a frequenta possam compreender e expandir seu papel como cidadão crítico e consciente”.

As bibliotecas se apresentam na sociedade contemporânea como equipamentos culturais que atuam, direta ou indiretamente, na educação informal ofertando e ampliando experiências individuais aos sujeitos informacionais pelo acesso e contato com obras e outros bens culturais para incitar a sensibilidade intelectual, artística e cultural, assim lograr formas de apropriação.

Deste modo, a ação cultural implementa os processos de mediação cultural favorecendo as estratégias de intervenções para contribuir assertivamente com os profissionais mediadores.

3.1 FORMAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL EM DIFERENTES TIPOS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO: CONCEITOS

Ao se pensar a compatibilidade funcional da mediação cultural para atendimento das especificidades inerentes aos diferentes tipos de unidades de informação, verifica-se que todas as bibliotecas têm potencialidades e são compatíveis aos processos mediacionais da cultura. No entanto, dada a abrangência de públicos e a amplitude social de atuação institucional, a biblioteca pública é a tipologia de unidade de informação que oferece maior propriedade de se realizar a mediação cultural, como defende e recomenda Flusser (1980) a fim de se idealizar uma biblioteca verdadeiramente pública.

Assim sendo, considera-se importante expor o conceito de biblioteca pública atribuído e legitimado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), por meio de sua Resolução nº 245 que foi oficialmente emitida em 2021 por esta entidade de classe profissional que congrega os bibliotecários brasileiros. Com esta finalidade de apresentação conceitual, entende-se a biblioteca pública como um “[...] centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens” (CFB, 2021, p. 1).

A mencionada Resolução do CFB para as bibliotecas públicas estabelece algumas diretrizes específicas em seu Art. 2º que orienta esta instituição a assegurar o seu acervo, os seus produtos e serviços mantendo preservada a representatividade e diversidade cultural brasileira, além da necessidade de participação do profissional bibliotecário nas ações e atividades ofertadas pela biblioteca pública em todos os seus âmbitos.

Então, pode-se tomar como entendimento as ideias de Rasteli e Cavalcante (2014, p.53), em que consideram a mediação no espaço da biblioteca pública pela oferta variada de ações e atividades específicas, tendo como exemplo as seguintes formas culturais de intervenções:

[...] hora do conto, rodas de leitura, encontro com autores, feira de livros, oficinas de produção e leitura de textos, concursos literários, saraus literários, lançamentos de livros, homenagem a autores, criação de espaços para sugestões de leitura, fanzines e jornais impressos ou eletrônicos, clube do livro, exposição de livros, passaporte do leitor, dramatização de histórias (teatro), murais, sessões de cinema na biblioteca, exposições diversas, palestras, jograis, encontro com cordelistas, oficinas, dentre outras.

Como se percebe pela citação apresentada acima, Rasteli e Cavalcante (2014) listam uma série de opções para o desenvolvimento de ações culturais que podem ser incorporadas às práticas estratégicas de mediação cultural em bibliotecas públicas. Porém, ressalta-se que outros tipos de bibliotecas também podem implementar o seu processo de mediação cultural com algumas destas atividades sugeridas por Rasteli e Cavalcante (2014).

No entanto, são as bibliotecas públicas que acentuam importância para se pensar a função social das bibliotecas na sociedade e o seu compromisso de salvaguardar o legado cultural da comunidade local (Calheiros; Prado, 2023). Mas, nem só do passado se qualifica o protagonismo social da biblioteca pública. O momento presente se orienta de forma dinâmica em decorrência de processos acelerados das relações sociais, fatores consequentes de uma economia fugaz ideologicamente estruturada pelos moldes da globalização (Santos, 2011). Desta forma, a percepção do presente e do futuro mantém bases na lógica da rápida obsolescência informacional, dos múltiplos contatos culturais (presenciais e remotos), das mudanças e transformações da identidade social que alteram os comportamentos socioculturais (García Canclini, 2011). Porém, notadamente, “A biblioteca pública, como instituição pública, é ao mesmo tempo causa e consequência da sua sociedade” (Usherwood, 1999, p. 19).

Sabendo que esse tipo de biblioteca é responsabilidade única e direta da esfera pública, considera-se necessário que ocorram ações culturais mediadoras com os anseios da sociedade local e que sejam compatíveis às necessidades culturais de grupos sociais da comunidade.

Outro ambiente é a biblioteca universitária que conforme o Art.1º, parágrafo único da resolução nº 246, do Conselho Federal de Biblioteconomia (2021, p. 1), é descrita como: “[...] coleção de livros, materiais multimídias e documentos pertencentes às instituições de ensino superior públicas e privadas com a finalidade de apoio e mediação informacional aos programas e atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de inovação”.

A partir de seu Art.2º entre os incisos II, III e XII, suas atribuições se baseiam em ser um espaço de formação e apropriação de conhecimento para os acadêmicos, onde deverá ser ministrado por um bibliotecário formado, e que têm por finalidade disseminar informações seletivas.

Com isso, é possível relacionar os pensamentos de Viana e Pieruccini (2021, p.12), em que reconhecem o processo de mediação na biblioteca universitária como “[...] dimensão simbólica que integra a materialidade dos objetos culturais, ou seja, não se limitando à ordem do documento, do conteúdo informacional”, para além disso a biblioteca promove a representação cultural aos seus acadêmicos, através de uma esfera simbólica, podendo englobar outras atividades culturais.

Já a biblioteca escolar segundo o Art.1º, parágrafo §1º da resolução nº 220, do Conselho Federal de Biblioteconomia (2020, p. 1), é identificada conceitualmente como:

[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerado um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições escolares públicas e privadas de todos os sistemas de ensino.

É importante registrar que, para o CFB (2020), a noção de biblioteca escolar inclui uma série de indicativos que configuram as recomendações qualificadas em parâmetros estruturais considerados minimamente necessários para o funcionamento deste tipo de unidade de informação em ambientes escolares. Assim, o CFB (2020, p. 1) determina, a partir da Resolução CFB nº 220 de 13 de maio de 2020, que as bibliotecas escolares mantêm como requisitos básicos as seguintes disposições funcionais:

- a) contar com espaço físico exclusivo, suficiente e adequado para o acervo, o atendimento e a oferta de serviços, bem como para a realização dos serviços técnicos e administrativos;
- b) possuir acervo atualizado e diversificado que atenda às necessidades da comunidade escolar;
- c) adotar normas e padrões biblioteconômicos na organização de seu acervo, visando facilidade e eficiência na busca e atendimento;
- d) promover o acesso a informações digitais;
- e) funcionar como espaço inovador e convidativo que propicie aprendizagem e criatividade;
- f) ser administradas por bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe, auxiliados por equipes em quantidade e qualidade adequadas;
- g) adotar horário de atendimento que atenda às necessidades de toda a comunidade escolar;

Para atender estes dispositivos exigidos pelo CFB (2020) é preciso de condições adequadas para que as unidades educacionais possam proporcionar o adequado funcionamento das bibliotecas escolares. Neste sentido, a Resolução nº 220 do CFB determina que haja, impreterivelmente, “[...] área mínima de cinquenta metros quadrados, com mobiliário e equipamentos adequados para o atendimento satisfatório da comunidade escolar” (CFB, 2020, p. 1). Ou seja, há uma evidente preocupação do CFB com as dimensões estruturais destinadas à área física utilizada para servir ao espaço de funcionamento da biblioteca escolar. Além do mais, essa mesma Resolução estabelece um conjunto de preceitos que qualifica o desenvolvimento informacional das bibliotecas escolares com requisitos designados à exigência de tipos de produtos e serviços necessários a este ambiente com sua comunidade característica.

Neste sentido, constam na Resolução 220 do CFB (2020, p. 1-2) as seguintes orientações para os acervos informacionais das bibliotecas escolares:

- a) um título por aluno matriculado, no mínimo, contemplando a diversidade de gêneros e estilos literários, com autores nacionais e estrangeiros.
- b) catalogação adequada.
- c) acesso irrestrito a toda a comunidade escolar.

Esta mesma Resolução também contempla a oferta mínima de serviços que devem ser oferecidos pelas bibliotecas escolares e desenvolvidos de forma adequada, priorizando a qualidade necessária considerando ações voltadas para:

- a) consulta local ao acervo;
- b) empréstimo domiciliar de itens do acervo;
- c) atividades de incentivo à leitura;
- d) orientação à pesquisa escolar (CFB, 2020, p. 2).

Como se observa pelos itens arrolados acima, a Resolução 220 do CFB (2020) também prescreve recomendações que envolvem a existência de intervenções voltadas à mediação cultural com o desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura. Pois, para se realizar esta forma de mediação cultural é preciso alinhar processos que envolvam tanto a ação quanto a animação cultural como interferências mediacionais na biblioteca escolar.

Sendo assim, Salcedo e Alves (2015) entende a biblioteca escolar como um lugar de aprendizagem e a sua mediação acontece a partir do momento em que os alunos são inseridos em um espaço confortável, com direito a leituras específicas seja para lazer ou não, e ainda com acesso aos livros, produções audiovisuais, danças, fotografia, peças teatrais, pinturas entre outros objetos culturais. O bibliotecário presente neste tipo de biblioteca precisa elaborar atividades que tragam diálogos, objetos para discussão, interpretação e esclarecimentos acerca do assunto cultural.

A biblioteca comunitária ou popular são manifestações de interesse cultural apresentadas pela própria comunidade, ou seja, consiste em um tipo de biblioteca socialmente vinculada com os anseios da própria comunidade local. Prado e Prado (2018) considera que a biblioteca comunitária ou popular se assemelha a uma instituição social, criada a partir da iniciativa de moradores locais, devido à carência de ensino e aprendizagem através da leitura, e pelo fato de a comunidade ser um local muitas vezes esquecido pelo poder público. Neste sentido, Botelho (2012, p 54) pondera que as bibliotecas comunitárias:

[...] surgem porque a população de alguma forma almeja transformar seu espaço, quase sempre marcado pela violência, jovens envolvidos com drogas, desemprego, precariedade nos serviços de saúde, educação e cultura. Levar informação através do livro, da leitura e atividades culturais a essas comunidades marcadas por privações de todos os níveis, é apontar um caminho diferente à marginalidade.

Então, o ato de mediação cultural nesses espaços, inicia já a partir da criação da biblioteca. Pois, esta fase representa um momento em que a comunidade é apresentada aos

livros e as atividades culturais (Milanesi, 2002). E as estratégias envolvidas repercutem em processos didáticos para notabilizar dinâmicas de ação cultural orientando a leitura e a arte como recursos da percepção humana que se apresentam como elementos potenciais de transformação das capacidades individuais e favorecer as condições que priorizem a crítica pessoal para incitar mudanças culturais na comunidade (García Canclini, 2011).

Ao centrar na formação de sujeitos informacionais críticos a biblioteca comunitária ou popular cumpre o seu papel de instituição cultural comprometida e consciente do seu protagonismo social. No entanto, é preciso esclarecer que “O protagonismo se faz com a presença do sujeito no mundo, com sua compreensão desse mundo, com suas experiências e vivências nesse mundo” (Almeida Júnior, 2017, p. 53). Portanto, há muita complexidade envolvida nessa perspectiva do protagonismo social e apesar dessa dificuldade aparente se trata de um engajamento necessário ao compromisso profissional que potencialize a consciência crítica dos sujeitos tidos como usuários de bibliotecas. Pois, segundo Freire (1984, p. 68), “A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural”.

Além do mais, este compromisso social assumido pela biblioteca comunitária ou popular evidencia as nuances de emergências das demandas culturais presentes estritamente no contexto da própria comunidade. Com isso, permite “[...] identificação muito grande com sua comunidade e contribui para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade” (Suaiden, 1995, p. 20). Dentre as ações culturais que podem ser exemplificadas como estratégias da mediação cultural em biblioteca comunitária ou popular pode-se considerar a prática frequente de atividades para os públicos infantil e juvenil. Com este propósito a contação de histórias atende o interesse de ação cultural para crianças e jovens. Afinal, “É no público infantil e juvenil que a construção do hábito de ler ocorre com maior facilidade” (Botelho, 2012, p. 56).

Como é possível observar, pelo que já foi exposto neste trabalho acadêmico, as tipologias de bibliotecas são variadas, percepção devidamente manifesta por Fonseca (2007). Tanto que “[...] podemos dizer que não há, concretamente, biblioteca no singular e sim bibliotecas, na pluralidade que se impõe em nossos dias” (Fonseca, 2007, p. 49). E é em sintonia com este entendimento que se reconhece não somente a existência como principalmente a importância das bibliotecas especializadas como uma tipologia específica de unidade de informação. Antes de se apresentar conceitualmente a definição que agrega sentido à noção deste tipo de biblioteca julga-se necessário o aspecto histórico de sua formação inicial. Assim, de acordo com Figueiredo (1978, p. 155), “As bibliotecas especializadas, na forma em que são

conhecidas hoje em dia, começaram a desenvolver-se em princípios do século vinte, em decorrência da marcha acelerada do progresso científico e técnico”.

Apesar de haver um tempo histórico considerável que foi transcorrido entre as fases de surgimento e o de consolidação das bibliotecas especializadas na sociedade o fato é que ainda persiste na contemporaneidade a prevalência de poucas contribuições teóricas dedicadas exclusivamente a esta temática. Esta constatação foi identificada pelos estudos de Salasário (2000, p. 105) ao reconhecer que “As bibliografias encontradas, sobre conceituação de bibliotecas especializadas, na sua maioria, livros, foram publicados nas décadas de setenta e oitenta”. Infelizmente, 24 anos se passaram depois desta afirmação de Salasário (2000) e o problema se mantém inalterado na literatura científica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Possivelmente, a biblioteca especializada seja a tipologia de unidade de informação com menor incidência de publicações científicas aqui no Brasil. Lamentável esse quadro estarrecido proporcionado às bibliotecas especializadas. Afinal, estas bibliotecas cumprem uma atividade estratégica não somente em suas instituições mantenedoras, mas também com os segmentos específicos que constituem os núcleos de especialistas na sociedade. Cesarino (1978, p. 229) ressalta um processo histórico em que “[...] a principal função de uma biblioteca geral era facilitar o acesso aos livros, a função da biblioteca especializada era facilitar o acesso à informação”.

A biblioteca especializada é compreendida como um espaço responsável por organizar e disseminar informações específicas sobre um assunto ou área. Essas bibliotecas têm por objetivo atender demandas informacionais de empresas privadas, Organizações não Governamentais (ONGs), institutos de pesquisa, órgãos públicos e etc. Caribe (2021). Por este prisma, a noção de biblioteca especializada é determinada pela própria identificação da nomenclatura que evidencia direcionamento da orientação característica baseada em especificidade temática do acervo para atender demandas da sua comunidade característica. Desse modo, Figueiredo (1979, p. 10) entende que:

As bibliotecas especializadas são diferenciadas dos demais tipos de bibliotecas pela sua estrutura de orientação por assunto, e pelo fato de que as organizações as quais elas pertencem terem objetivos específicos, e estes objetivos, por sua vez, devem nortear todas as atividades da biblioteca, dentro das áreas de conhecimento abrangido pela empresa a qual ela serve.

Dado o caráter de especialidade que envolve este tipo de biblioteca, qualidade que abrange o assunto prevaiente no acervo e também nas particularidades de sua comunidade usuária, apresenta-se o quadro desenvolvido por Souza e Oliveira (2017) que reúne as características das unidades de informação identificadas como biblioteca especializada:

Quadro 6 - Características de uma biblioteca especializada

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA	CARACTERÍSTICAS
Pessoal	De alto nível, qualificado
Estrutura organizacional	Claramente definida
Financiamento	Contínuo, com médio/ alto custo
Orientação	Por assunto
Localização	Companhias industriais, agências do governo, sociedades profissionais, etc.
Tipo de Material	Livros, folhetos, periódicos, publicações governamentais, relatórios de pesquisa, etc.
Tamanho da coleção	Relativamente pequeno, com constante avaliação da coleção.
Serviços	Especiais e personalizados (serviço de referência, compilação de dados, serviços de alerta, treinamento no uso da coleção, etc)

Fonte: Souza e Oliveira (2017, p. 189)

Diferente das demais tipologias de unidades de informação, as bibliotecas especializadas possuem produtos e serviços atrelados às finalidades estratégicas de aprimoramento organizacional delineadas pela sua instituição mantenedora. É a partir da amplitude de oferta de recursos e produtos existentes e disponíveis na biblioteca especializada que esta unidade de informação tem a capacidade para desenvolver a sua variedade de serviços. Pensando neste aspecto que Cesarino (1978) oportunamente listou uma série de exemplos para serviços compatíveis às bibliotecas especializadas, relação apresentada abaixo:

- empréstimo e circulação de documentos;
- pesquisas bibliográficas retrospectivas;
- respostas a questões específicas;
- reprodução de documentos;
- traduções;
- levantamento de dados;
- serviço de notificação corrente;
- serviço de disseminação seletiva da informação;
- revisão de literatura;
- estudos sobre o estado atual da literatura;
- compilação crítica e avaliativa de dados (Cesarino, 1978, p. 226).

A variedade de serviços oferecidos por uma biblioteca, seja ela de qualquer tipologia de unidade de informação, expressa o seu nível de compromisso institucional. Mas, não se pode perder de vista que toda biblioteca tem (ou deveria ter) uma função social a cumprir, ainda que esteja sujeita às interferências de aspectos corporativos advindos da sua instituição mantenedora. No entanto, as bibliotecas especializadas são mais suscetíveis ao controle institucional da sua organização mantenedora.

Isso quer dizer que as relações interativas destas bibliotecas seguem códigos sociais estruturados em formalidades convencionais de um ambiente protocolarmente instituído, englobando até mesmo as linguagens prevalentes nas comunicações formais e informais. Logo, as intervenções mediadas pela instituição mantenedora qualificam entendimento de que

“[...] a socialização, com base em valores organizacionais, é solução necessária ao controle das incertezas originárias de idiossincrasias individuais [...]” (Rodrigues, 1997, p. 47). Deste modo, interpreta-se que as subjetividades individuais das pessoas que compõem a comunidade das bibliotecas especializadas não são prioridades de uma organização empresarial, seja pública ou privada.

Seguindo esta perspectiva, entende-se que a oferta de produtos e serviços das bibliotecas especializadas “[...] deve suprir as necessidades da comunidade de técnicos a que está destinada a servir, especificamente as necessidades a nível profissional” (Lopes; Denizot; Nascimento, 1977, p. 670). Sendo assim, é de se pensar nos desafios da mediação cultural nas bibliotecas especializadas. Pois, o ambiente institucional destas bibliotecas inclina-se às configurações de uma seriedade austera e sisuda, situação que pode gerar um clima comedido e propenso a se reprimir ou desestimular as manifestações espontâneas ou políticas de opiniões e formas de liberdades de expressão. Com isso, as demandas informacionais e culturais das bibliotecas especializadas tendem a seguir um padrão centrado unicamente na missão e nos objetivos estipulados pela instituição e não nas características individuais dos sujeitos que compõem a comunidade usuária.

Afinal, toda demanda é, de alguma forma, mediada pelas interferências de um contexto específico ou de uma realidade característica e no caso das bibliotecas especializadas há fatores que compreendem aspectos éticos e políticos da cultura organizacional, além das circunstâncias impositivas para consecução das estratégias corporativas. Pois, como assertivamente defende Almeida Júnior (2017, p. 53), “A demanda do sujeito não é específica dele, apenas dele, só dele. Tal demanda carrega gostos, valores, normas, desejos impostos pelo mercado, pelo sistema baseado na produção, no acúmulo de capital, no consumo”.

Se toda forma de demanda já carrega consigo o viés dos múltiplos aspectos de interferências, por certo, será ainda mais acentuada as intervenções em ambientes profissionais que disponibilizam produtos e serviços de informação e cultura no próprio espaço institucional. Enfim, são desafios latentes para se projetar as adversidades da mediação cultural, especialmente quando se aspira o desenvolvimento da consciência crítica pela ação cultural. Então, dentre as muitas possibilidades de intervenções, é possível que as bibliotecas especializadas possam desempenhar um papel aglutinador na cultura corporativa realizando estratégias de ações que possam beneficiar os processos da cultura organizacional.

Com isso, sugere-se que ações afirmativas contemplem o leque de opções às experiências de mediação cultural. Para tanto, recomenda-se a “[...] implantação de ações que integram pessoas de diferentes culturas e etnias nas organizações [algo que] seria justificado pelo aumento da cobrança por parte da população por um mundo onde todas as diferenças sejam

respeitadas e incluídas no meio social” (Braga, 2023, p. 24). A partir deste movimento de integração espera-se que as demandas culturais de características específicas possam eclodir para repercutirem na amplitude e no desenvolvimento de novos produtos e serviços às bibliotecas especializadas. Com isso, novos recursos e percepções contextuais poderão ser identificados por estudos de usuários e de comunidades, atrelados aos estudos culturais, para se estabelecer diretrizes de uma política de mediação cultural, assegurando a importância da ação cultural neste processo.

Entretanto, há outras formas de intervenções que caracterizam o estabelecimento das dinâmicas envolvidas nos processos da mediação cultural em bibliotecas especializadas. Para tanto, busca-se realizar aproximações referenciais que demonstrem exemplos práticos de bibliotecas especializadas no estado de Alagoas e a este propósito utiliza-se a biblioteca da Escola de Magistratura do Estado de Alagoas (Esmal). Se trata de uma unidade de informação especializada na área jurídica, que tem como objetivo proporcionar atividades laborais e acesso ao acervo para os servidores, magistrados e o público em geral.

O local possui atividades que levam a mediação cultural às pessoas, através da realização de rodas de conversa, saraus literários, clube do livro, parcerias em exposições de museu e outras ações que trazem temas socioculturais relevantes inteiramente associados à área jurídica (Poder Judiciário de Alagoas, s.d.).

Por fim, existe um outro formato bem peculiar para o desenvolvimento de uma unidade de informação com interesse estratégico na mediação da leitura, sendo um processo articulado com a mediação cultural e também pode ser caracterizado politicamente pelos atributos estruturantes da ação cultural. Se trata da biblioteca ambulante ou simplesmente carro biblioteca. Conforme Rasteli e Caldas (2018) surgiu a partir do início do séc. XX, quando atividades culturais começaram a ser agregadas aos espaços de leitura, e com a necessidade de locais como comunidades periféricas e áreas rurais terem acesso a livros e leitura em geral.

Geralmente a iniciativa de criação destas bibliotecas acontecem por meio de instituições públicas, como é o caso da biblioteca móvel da Secretaria Municipal de Educação (Semed), que disponibiliza um ônibus itinerante com acervo literário. Este veículo tem a função de assistir as escolas municipais com atividades e recursos de leitura e fica estacionado em frente às unidades escolares durante o tempo de sua visita. Assim, este projeto visa estimular a leitura de forma prazerosa e lúdica com ações culturais envolvendo: contações de histórias e leitura livre. Ressalta-se que esta biblioteca móvel disponibiliza para o acesso da comunidade escolar municipal, em Maceió, um acervo de aproximadamente 750 livros que são constituídos de obras literárias de vários gêneros como: poesia, contos de fada, mitos e lendas, livros de imagem e de autores alagoanos (Pedrosa, 2022).

Além disso, a biblioteca móvel participa de vários eventos socioculturais no município de Maceió, realizando a mediação leitura e cultura para as crianças, jovens e demais cidadãos. Mas, ressalta-se que a biblioteca ambulante ou carro biblioteca são equipamentos tradicionalmente utilizados pelas bibliotecas públicas em ações coordenadas com secretarias municipais (a exemplo dos órgãos governamentais ligados à educação e à cultura). As bibliotecas escolares também podem ser exemplos de unidades de informação que se utilizam de sistemas itinerantes de bibliotecas, tais quais as bibliotecas ambulantes ou carros bibliotecas. Não é muito comum que esta forma ambulante de bibliotecas seja vinculada às práticas das bibliotecas escolares, mas, como já foi apresentado, a Semed, em Maceió, demonstra viabilidade estratégica para intervenção cultural com a utilização de bibliotecas itinerantes. Outras tipologias de bibliotecas também podem empreender ações de mediação cultural com as bibliotecas itinerantes? Sim! Embora não seja comum e nem mesmo algo recorrente.

3.2 O BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR E AGENTE CULTURAL

O profissional bibliotecário que atua em espaços e equipamentos culturais protagoniza o desenvolvimento de um processo social, que alicerça a construção da identidade cultural das pessoas e das suas respectivas comunidades com a apropriação de conhecimentos, saberes e fazeres. Para Almeida (2009, p. 12, grifo do autor) “A ideia de informação presente nessa concepção remete à existência de ‘centros de cálculo’ (laboratórios, museus, bibliotecas, centros de documentação, arquivos, etc.)”. São instituições que assumem uma função social estratégica à ampliação das capacidades humanas porque preservam legados históricos com armazenagens que asseguram meios de acessos a estes recursos e medeiam necessidades informacionais e culturais da atualidade para atender demandas dos sujeitos contemporâneos. Com isso, segundo Perroti (2016, p. 10), “Reivindicam e afirmam-se como núcleos produtores de sentidos, com seus processos específicos, linguagens, tecnologias, procedimentos”.

Assim sendo, o envolvimento comprometido sensibiliza o profissional a identificar movimentos culturais e dinâmicas sociais que transformam e ajustam os traços da condição humana e o seu comportamento na sociedade. Desse modo, o profissional deve estar consciente de que “Mediar é um percurso, em que pessoas e instituições que trabalham com cultura e educação têm a arte, como dimensão crítica para olhar para si e para o mundo em que vivem” (Batista, 2006, p. 22). Em tal contexto são articulados com os processos de fluxo na produção e na disseminação de recursos de informação e cultura, mas também se atrela aos mecanismos individuais dos sujeitos para introduzir assimilações características. “O fato é que a informação

em suas múltiplas formas e concepções (científica, artística, mercadológica) tornou-se central na dinâmica social contemporânea” (Almeida, 2009, p. 13).

No entanto, lamentavelmente, há muitos desafios que tornam a profissionalização do mediador cultural, no Brasil, um processo complexo e com significativas adversidades em todos os níveis e segmentos culturais, inclusive para a atuação bibliotecária. Isso porque, segundo Bicalho (2022, p. 12):

Ser um profissional do campo da mediação cultural no Brasil ainda é bastante desafiador. A ausência de políticas públicas no campo da formação de públicos, a precarização do ensino de artes em muitas escolas da educação básica no país, as escassas oportunidades formativas e a baixa remuneração profissional.

Apesar dos percalços inerentes às práticas culturais no Brasil, entende-se que é pela relação dialógica que combina a mediação da informação com a ação cultural que o mediador encontra condições necessárias para estimular a aproximação do sujeito com os elementos qualificadores dos processos culturais. Porém, “[...] é importante ter claro o *locus* do ambiente informacional no processo de significação, não desconsiderando o espaço das subjetividades que interagem na aquisição do conhecimento” (Gomes, 2000, p. 63).

Partindo dessa ideia, Lima (2016) considera que a mediação cultural é uma atividade essencial do trabalho do bibliotecário, uma vez que ele é responsável por mediar a informação, que pode ser classificada como um produto cultural. Porém, vale lembrar que seu objetivo não é só passar a informação ao indivíduo, mas também fazer com que as pessoas se apropriem e tenham protagonismo no campo artístico-cultural.

Monteiro (2015) também concorda neste aspecto, quando menciona que profissionais da informação possuem as qualidades cabíveis para atuar como mediadores da informação cultural, devido a experiência com a informação em múltiplos e variados processos característicos. Contudo, é preciso que o profissional busque sempre aperfeiçoamento, a fim de potencializar seus métodos e assim evidenciar sua capacidade técnica de mediar a cultura, para que ocorra o reconhecimento da sua competência por parte de instituições culturais. Pois, o mediador deve se manter atualizado a respeito das emergentes configurações socioculturais e engrenagens estruturantes que notabilizam:

O mundo contemporâneo com seus novos recursos tecnológicos, seu volume espantoso de produção e distribuição de informações, [o que] deixa evidente que o mercado cultural não só assimilou, a seu modo, reivindicações de acesso à informação e à cultura, como gerou dificuldades como o bombardeio informacional (Perroti, 2016, p. 11).

Então, o bibliotecário precisa dinamizar o seu trabalho, adequando-se às necessidades presentes em seu ambiente de atuação para potencializar ações que desenvolvam “[...] uma

pedagogia da escuta ativa, onde pessoas de diferentes vivências e experiências de mundo são convidadas ao compartilhamento, lançando mão da pluralidade de conhecimentos expressos nos mais diversos sotaques culturais” (Batista, 2022, p. 24). Entretanto, para isso, o bibliotecário precisa estar envolvido em questões relativas à comunidade, fomentar o desenvolvimento de ações culturais, compreender as dinâmicas dos processos de criação de políticas públicas, discutir sobre a atuação de outros profissionais que estão inseridos nesses espaços e ainda promover experiências mediadoras em diversos contextos culturais (Rasteli; Caldas, 2017). Ou seja, “É ponto pacífico que para que esse profissional possa desenvolver um trabalho consequente, é preciso que ele saia da biblioteca e vá para a rua conhecer a comunidade a que pretende atender” (Almeida, 1987, p. 34).

Mas, diante das novas perspectivas de socialização que foram ampliadas pelo ciberespaço, a ideia de comunidade já não mais se restringe a um lugar fisicamente localizado em um determinado espaço geográfico. Notadamente se percebe que “As comunidades virtuais em rede vêm se popularizando de forma a abarcarem uma variedade de possibilidades comunicacionais e formas de experimentação da realidade, resultando em diferentes graus de experiência e de tipos de apropriações que delas resultam” (Almeida, 2014, p. 194). Com isso, é preciso que o bibliotecário tenha competência mediadora para empreender ações com as comunidades virtuais e não priorizar (se limitar) demasiadamente as formas tradicionais que se tornam cada vez mais obsoletas por conta das novas concepções socioculturais. Neste contexto dinâmico de transformações constantes que afetam os comportamentos e demandas culturais, é preciso aprender a lidar com os recursos de inovações que se modificam em velocidade surpreendente.

De todo o modo, a mudança de postura profissional deve adotar flexibilizações de exigências contextuais de diferentes ambientes socioculturais onde o espaço físico e o virtual são dimensões dos relacionamentos interativos. E é neste contexto que a noção teórica de mediador cultural repercute como emergência fundamental às acepções referenciais. Oportunamente, Coelho Netto (1997, p. 248), em seu Dicionário Crítico de Política Cultural, contribui com essas inquietações de forma a definir mediador cultural como um sujeito:

[...] que exerce atividades de aproximação entre indivíduos ou grupos de indivíduos e as obras de cultura. Seu uso generalizou-se ao longo da década de 80, ao apresentar-se como versão contemporânea atualizada dos anteriores animador cultural e agente cultural.

Portanto, como visto, o bibliotecário é um profissional que se enquadra bem nessa apresentação conceitual, porém, ainda se faz necessário o seu aprimoramento em competências

que possam potencializar a sua atuação no campo artístico-cultural. Além de mediador, os profissionais da informação podem desempenhar o papel social de agentes culturais, e Coelho Netto (1997, p. 41) também traz uma definição para esta função quando diz que é:

[...] Aquele que, sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto mais junto ao público do que do produtor cultural. Organiza exposições, mostras e palestras, prepara catálogos e folhetos, realiza pesquisas de tendências, estimula indivíduos e grupos para a autoexpressão, faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos.

Enquanto Coelho Netto (1997) atribui características funcionais ao agente cultural em que considera uma dimensão operacional dos processos atrelados à sua competência profissional, Almeida (1987, p. 33) reconhece que este “[...] agente enfatiza a criação, a expressão das pessoas”. Neste sentido, Almeida (1987) vincula a noção de agente cultural com a acepção dialógica e socialmente transformadora da ação cultural. Pois, segundo a autora supracitada, “É preciso enfatizar que cabe, fundamentalmente, ao agente cultural deflagrar processos” (Almeida, 1987, p. 33). De todo o modo, é preciso enfatizar que o agente cultural, por melhor que tenha sido a sua formação profissional e sejam bem intencionadas as suas iniciativas, “O trabalho do agente está na dependência de três fatores: sua relação com o ambiente, o domínio da técnica e a clareza de seus objetivos” (Almeida, 1987, p. 35).

É pela consciência dos desafios envolvidos na ação cultural que o bibliotecário se apresenta como mediador em espaços e ambientes informacionais, incluindo a biblioteca, para empreender o desenvolvimento de uma mediação cultural “[...] que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação” (Almeida Júnior, 2009, p. 97). Seguindo tal perspectiva, o bibliotecário se qualifica como agente cultural caracterizado por um protagonismo social que amplia condições e estabelece processos para potencializar as experiências culturais das pessoas, consequentemente realizando interferências culturais nas comunidades. A consciência de sua responsabilidade e o compromisso ético para exercer o protagonismo social permitem ao bibliotecário ser um agente cultural ativo, na missão de criar atividades de aproximação do objeto cultural com o indivíduo.

Porém, Cabral (1999) afirma que o agente cultural precisa evitar interferir no processo de decisão pessoal para execução dessas ações, devendo apenas mostrar os meios necessários para alavancar as ideias propostas, dando autonomia para as pessoas. Além disso, ele deve procurar formas de captar recursos para financiamento das ações culturais, podendo ser por meio de órgãos do governo ou empresas privadas.

Mediante aos estudos realizados no que concerne ao papel do bibliotecário, enquanto agente cultural na sociedade, e em relação ao desenvolvimento de suas atividades educativas e de incentivo à cultura, Sanches (2012, p. 9) ressalta a necessidade de:

[...] participação do bibliotecário no desenvolvimento de ações culturais na unidade de informação, visto que, ao incorporar este propósito, contribui para a produção de espaços para a construção da cidadania. Mas para isso esse profissional deve conhecer e estar integrado ao contexto social, pois desta forma pode atuar de forma eficiente e eficaz.

Dessa maneira, é perceptível a relevância da atuação do profissional da informação na sociedade, uma vez que assumindo o papel de agente cultural passa a ter responsabilidade social no processo de facilitar o acesso à cultura aos cidadãos. No entanto, a ideia de acesso se entende como processo mediador que garante possibilidades de experiências pessoais de alguém pelo contato sensorial e pela apreciação de recursos tangíveis e intangíveis que ofereçam atributos às capacidades intelectuais. Desse modo, o acesso aos bens culturais, que são elementos informacionais elaborados em meios e processos da diversidade humana, permitem condições de se incorporar novos repertórios de conhecimento. Para Almeida (1987, p. 34) “[...] não se trata apenas de acesso físico: trata-se de acesso a seu conteúdo. Trata-se da capacidade de poder ler, de poder entender, de incorporar, de vivenciar, de se integrar, de se reconhecer, e de decidir sobre o que lhe diz respeito”. Assim sendo, a noção de acesso à informação e à cultura repercute em diferentes aspectos da condição humana e decisivamente representa um atributo qualificador que privilegia a formação crítica e estética dos sujeitos.

Enfim, a ação cultural se apresenta como um arcabouço estruturante dos processos de mediação cultural desenvolvidos pelos profissionais da informação, incluindo os bibliotecários. E nesta perspectiva de intervenção é que oportunamente o bibliotecário configura o seu protagonismo social, condição orientada pela responsabilidade e pelos desafios de ser agente de cultura. Porém, como assevera Almeida (1987, p. 38), “A eficácia do bibliotecário/agente cultural está em sua capacidade de estabelecer relações, captar e canalizar anseios, traduzir esses anseios em projetos e interferir na sua comunidade. Seu estímulo primeiro são suas próprias inquietações”. Como se percebe não há receitas plausíveis e suficientes para serem oferecidas aos bibliotecários que atuam, direta ou indiretamente, na mediação cultural. Afinal, o desafio é constante na rotina deste profissional e as adversidades também. No entanto, a atuação bibliotecária na mediação cultural vislumbra um panorama fascinante pelas oportunidades de se ampliar as competências profissionais.

4 COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO: ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Na contemporaneidade a sociedade da informação vem exigindo cada vez mais habilidades dos profissionais da área, para lidar com a alta demanda informacional por parte de seus usuários, visto que a informação hoje é um veículo de fácil acesso e essencial para o desenvolvimento social. Os pesquisadores Santos e Barreira (2019) integram que o profissional da informação tem um papel de grande importância na posição de facilitador do acesso ao conhecimento, permitindo assim atender a busca e a necessidade de informação da sociedade. Além disso, os mesmos dizem que existe um desafio em meio ao processo de formação profissional do facilitador da informação, ao qual ele precisa manter-se atualizado, ou seja, estar em constante aprendizado, afim de se tornar um profissional competente e bem sucedido na carreira. A competência em informação é entendida por Dudziak (2013, p. 02) como:

[...] um direito humano básico relacionado ao exercício pleno da cidadania, ao aprender a aprender e à aprendizagem ao longo da vida. Mais do que representar um conjunto de habilidades, a competência informacional (information literacy) engloba a consciência da necessidade informacional e a capacidade para identificar, localizar, obter, avaliar criticamente, organizar e utilizar informações de maneira eficaz, a fim de resolver problemas, preencher lacunas de conhecimento ou criar novos conhecimentos, modificando situações e implementando mudanças.

A partir daí, entende-se o desafio que o profissional da informação tem ao buscar a sua competência informacional, pois como foi citado ela vai muito além de um conjunto de habilidades, precisando assim que este profissional tenha consciência crítica para resolução das possíveis demandas informacionais de usuários e de preparação técnica para ser manuseada.

O profissional da informação ou bibliotecário, conforme Farias (2015) deve ter em mente que para atingir o protagonismo social através de competências em informação, será necessário ter uma boa educação com base na conscientização da relevância que a informação traz para a sociedade. Pondo em prática tal protagonismo, pode-se exercê-lo perante os atendimentos aos usuários por meio da oferta de serviços de informação, que vai permitir o estímulo ao conhecimento e a apropriação da informação. Mas para isso, vai requerer do profissional bibliotecário habilidades específicas que podem ser: escutar as dúvidas e necessidades com cautela, saber lidar com as opiniões de diferentes pessoas, expor com clareza suas explicações, fazer o uso de linguagem didática conforme o perfil do usuário e elaborar perguntas com base nos questionamentos afim de chegar em uma solução, tudo isso de forma mútua havendo troca de saberes entre bibliotecário e usuário. Beluzzo (2021, p. 36) salientam que a competência em informação:

[...] é reconhecida como uma competência essencial para o desempenho no trabalho, uma vez que a coleta de informações, manipulação e aplicação são atividades-chave nas organizações. Assim, aqueles que não tiverem boas habilidades de informação serão marginalizados na vida privada e pública, incluindo problemas de empregabilidade.

Ou seja, o profissional que não souber criar métodos para o uso da informação com seu público alvo, torna-se obsoleto em seu ambiente de trabalho, justamente pelo fato de tratar - se de um requisito ao qual as unidades de informação demandam bastante. Os autores ainda destacam competências importantes, que podem tornar uma pessoa competente em informação, sendo um profissional informacional atuante ou não.

Quadro 7 – Descrição das Competências em Informação

HABILIDADES PARA SER COMPETENTE EM INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> → Definir suas necessidades informacionais e como buscar e acessar efetivamente a informação necessária; → Avaliar a informação acessada em relação à sua pertinência e relevância; → Organizar a informação e a transformar em conhecimento; → Aprender a aprender de forma contínua e autônoma; → Ser capaz de construir uma linguagem de busca explícita e direcionada; → Identificar fontes prováveis, filtrar e avaliar a qualidade das informações, o que requer novas habilidades no uso das TIC; → Conhecer como acessar diferentes sistemas (redes sociais, aplicativos etc.); → Possuir habilidades de especificação ou generalização de conceitos para o refinamento de buscas; → Apresentar condições de efetuar leituras não lineares e hipertextuais; → Conhecer as diferentes formas de apresentação e comunicação de informações e resultados (listas de discussão, blogs etc.).

Fonte: Beluzzo (2021)

No quadro acima, é apresentado formas de competências que visam melhorar a relação do indivíduo com a informação. Para os bibliotecários é considerável as adquirir e implementar no seu espaço de trabalho, objetivando seu desenvolvimento técnico e assim expandir suas qualificações, tornando-se referência no campo informacional. Vale ressaltar a importância que essas competências tem como auxílio para este profissional em meio a nova era digital, que se encontra presente nas unidades de informação automatizadas. Pois com “[...] O avanço tecnológico no ambiente informacional ampliou a concepção da competência em informação. Assim, além de terem habilidades com relação à informação, os profissionais precisam também compreender as novas tecnologias da informação e comunicação” (Ventura; Silva; Vitorino, 2018, p. 41).

A competência em informação conforme Ventura, Silva e Vitorino (2018) tem como finalidade permitir que o profissional, estabeleça uma relação com a busca e análise da

informação, trazendo ganhos para si e para seu ambiente de trabalho, por ser uma qualificação formativa para exercício na função e também como cidadão. Identificar, avaliar, permitir o acesso e disseminar a informação são habilidades as quais podem ser obtidas quando se tem a competência informacional. Em concordância Belluzo, Santos e Almeida Júnior (2014) já haviam dito que de fato habilidades como buscar, recuperar, disseminar e avaliar criticamente a informação, remetem a competência em informação, mas vai exigir do indivíduo manter-se atualizado, tomada de decisões corretas quanto solução de possíveis problemas e ainda domínio de ferramentas informacionais e suportes tecnológicos. Belluzo, Santos e Almeida Júnior (2014, p. 68) ainda explanam que:

[...] Desenvolver competências e habilidades em informação não significa moldar a pessoa para a sociedade, mas sim, mostrar que a partir de todo este novo conhecimento que lhe foi atribuído a partir da mediação da informação, há a possibilidade de tornar-se um cidadão que reflete sobre a sociedade em que vive, que reivindica direitos e sabe exercer sua cidadania.

Sendo assim, o desenvolvimento através de competências adquiridas por meio do conhecimento que a informação traz, vai permitir que o cidadão enquanto leitor passe a ver a sociedade em que vive de uma forma diferente, ou seja de maneira mais crítica e consciente de que tem direitos civis, políticos e sociais a serem requeridos a qualquer momento.

O bibliotecário sendo um profissional da informação, para Farias *et al.* (2021) tem a principal função de fomentar a competência em informação nas unidades informacionais, pois é responsável por desenvolver atividades, ações e programas que auxiliem a comunidade usuária a também adquirir tais competências. Além disso, ele precisa evidenciar os impactos positivos que o acesso e uso crítico da informação trará a essas pessoas ao se tornarem leitores conscientes, e assim estará contribuindo para uma sociedade inclusiva e participativa em questões sociais inerentes ao bem pessoal e coletivo. Cunha *et al.* (2024) concorda que o bibliotecário tem por atribuição buscar educar cidadãos críticos em informação, mas isso com o auxílio das novas tecnologias da informação e comunicação. Facilitar o acesso a essas tecnologias, em uso conscientizado se torna uma responsabilidade social desde profissional, visto que a competência em dados informacionais, contribui para diminuição das desigualdades sociais e desenvolvimento de políticas públicas. Sendo assim, com base nisso é possível destacar a importância da participação de cidadãos ao opinar em decisões governamentais que são de seu interesse, permitindo a adoção de soluções viáveis para a coletividade. Ao se pensar em competências informacionais, nas quais o bibliotecário precisa obter para o desenvolvimento de atividades que estimulem a leitura crítica das pessoas, podemos encontrar a:

[...] disseminação da informação, a elaboração de projetos, a criação de novos produtos informacionais e a adaptação dos recursos já disponíveis na biblioteca, incluindo o uso das redes sociais, com a finalidade de atender melhor as demandas informacionais dos cidadãos e ser um elemento de aproximação da instituição à nova geração de usuários, bem como criar um espaço para realizar o marketing institucional, a difusão dos acervos e eventos culturais (Santos; Barreira, 2019, p. 50).

Essas ações referem-se ao dinamismo que o profissional deverá seguir, afim de aproximar usuários-leitores e informação, pois novas estratégias são demandadas para acompanhar a modernidade a qual a nova geração está acostumada. Então cabe ao mesmo, as pôr em pratica na instituição que atua, o que não é tarefa fácil porque para ensinar a conscientizar, deve primeiro se buscar o autoaprendizado.

Para Miranda e Alcará (2023) o bibliotecário não deve se restringir apenas a orientar o usuário na busca pela informação, pois criar um leitor critico em informação, vai muito além disso. Habilidades pedagógicas são fundamentais para o processo de formação desse leitor, algumas delas podem ser vistas no estímulo a comunicação, chamar a atenção do público, provocar reflexões, criar debates sociais, políticos e culturais, tudo isso tendo a informação como foco. Ademais fatores cognitivos, valores e aspectos culturais podem influenciar nesse processo formativo, pois não basta formar leitores críticos em informação, é preciso também ensinar o papel importante do seu envolvimento social no meio informacional. Em reforço a este fato, Vitorino e Piantola (2011, p. 101) falam que:

A informação é elemento constituinte da cultura de um grupo, é, em sua essência, condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático. Assume-se, porém, que a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material à informação, mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos.

Portanto, as vivencias pessoais de cada indivíduo vai determinar o modo como ele vai agir perante a sociedade. Além do bibliotecário facilitar o acesso à informação, para que de fato ocorra o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da competência informacional, é necessário métodos de interpretação da informação para que o cidadão tenha o entendimento adequado da realidade social que se encontra, gerando assim o conhecimento necessário tornando-o consciente de tal modo a exercer sua cidadania.

Compreende-se a competência informacional a partir de Brum (2018, p. 4) “[...] como - Saber conceitualmente (qualificação), Conhecimento, Saber fazer (experiência funcional), Habilidade, saber agir (capacidade de obter resultados), e Atitude [...]” que vai implicar a iniciativa. Ou seja, se trata da junção de saberes e fazeres, para que o bibliotecário consiga

atingir seu potencial profissional na área informacional (Ciência da informação), ele precisa de uma especialização, logo depois munir-se de todo o conhecimento possível e os pôr em pratica por meio ações. E assim, vai alcançar as competências necessárias para tratar, organizar e disseminar a informação. Além do mais, a competência informacional possui quatro dimensões essenciais que caminham juntas e precisam estar em perfeito equilíbrio para seu desenvolvimento, elas são descritas como:

- **Dimensão Técnica:** Nesta dimensão, o termo técnica pode ser definido como uma habilidade ou forma requerida para a realização de determinada ação ou para a execução de um ofício. A ênfase sobre a técnica explica-se pelo fato de ela constituir a dimensão mais evidente da competência informacional, na medida em que é o meio de ação do indivíduo no contexto da informação.
- **Dimensão Estética:** o termo estética é geralmente relacionado ao estudo filosófico da arte, à “ciência do belo”. Nesse sentido, ao dizermos que existe uma dimensão estética na competência informacional, referimo-nos à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.
- **Dimensão Ética:** Praticar o comportamento ético em relação à informação significa ainda utilizá-la de modo responsável, sob a perspectiva da realização do bem comum. Com efeito, as mais recentes reflexões sobre competência informacional referem-se ao componente ético relativo à apropriação e ao uso da informação, o que inclui questões atuais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.
- **Dimensão Política:** O recente desenvolvimento das sociedades democráticas, aliado ao crescimento acelerado da oferta de produtos informacionais, tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania. A cidadania, como atividade que visa a um bem comum, articula-se diretamente com o conceito de política.

(Vitorino; Piantola, 2011, p. 102).

Estas dimensões devem fazer parte do conhecimento do bibliotecário, pois em conjunto formam o que é necessário para obter a competência informacional, que quando implantada nas unidades de informação, visa promover uma sociedade mais democrática e livre. Pois a informação por meio da produção de conhecimento cresce gradativamente ao longo das décadas, seja de forma registrada ou por meios digitais e também a complexidade em saber lidar com ela. A partir disso entende-se a relevância de tornar uma pessoa competente em informação, bem como compreender suas dimensões. Vitorino e Piantola (2011), resumem que essas dimensões possuem características distintas, mas que contribuem para a construção da competência informacional do indivíduo, quando se trata da **técnica** ocorre através dos meios de elaboração de ações informacionais, ao se adquirir habilidades em buscar e avaliar a informação e sendo capaz de manusear ferramentas e suportes tecnológicos. Na **estética** decorre ao ser criativo por meio da sensibilidade, sabendo usar, comparar e reinventar a informação a seu favor ou para o bem coletivo. Já na **ética** será sabendo usar a informação com responsabilidade, e respeito a apropriação intelectual, direitos por autoria e preservar a memória do mundo para a produção de novos conhecimentos. E por fim a **política** que transcorre ao pleno exercício da cidadania, com o envolvimento das pessoas nas decisões e questões sociais, com capacidade do cidadão questionar o que não concorda e entender seus direitos e deveres por meio da reflexão crítica.

5 FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: INCLUSÃO DE DISCIPLINAS VOLTADAS A CULTURA GERAL EM SEU CURRÍCULO MÍNIMO DE ENSINO

O profissional bibliotecário desde o surgimento das primeiras bibliotecas na antiguidade, é mencionado como mediador da leitura, por muitos pesquisadores na área da ciência da informação. Isso pelo fato de ser responsável por realizar o intermédio do livro (informação registrada) para os leitores (usuários da informação). Os autores Silva e Cavalcante (2019, p.05) descrevendo o conceito de Darras (2009) dizem que:

[...] a mediação seria uma ação que tem como finalidade levar significação e significado de algo ou alguma coisa. Para isso, o mediador (intérprete) realiza processos fazendo uso de objetos, tais como a informação e a cultura, a fim dos mesmos criarem e darem significação e significado para o mediado (interpretantes).

Com isso, entende-se que o bibliotecário como possuidor da competência “mediação”, estaria até então apto, em mediar não só a leitura como também a cultura ao indivíduo. Pois, neste sentido, entende-se que “A *mediação* pode ser pensada como uma espécie de estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas que, ao realizar-se através dessas práticas, traduz-se em *múltiplas mediações*” (Lopes, 2014, p. 68).

Os primeiros vestígios para formação no curso de biblioteconomia no Brasil, de acordo com Silveira (2007), surgiram entre o período de 1911 a 1915 por meio do Decreto nº. 8.835, Art. 34, na biblioteca nacional localizada no Rio de Janeiro. A criação do curso teve como base à École Nationale des Chartes Francesa (Escola Nacional de Cartas Francesa), que tinha por objetivo fazer com que o bibliotecário ao concluir o curso, tivesse construído um perfil profissional culto e humanista.

A grade curricular oferecida possuía poucas disciplinas, Castro (2002, p. 27) diz que eram “[...] Bibliografia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática. De conteúdos relativamente extensos, essas disciplinas - que correspondiam às seções da BN -, dividiam-se em práticas e teóricas com grande ênfase nesta última”. Porém contava com uma carga horária amplamente vasta, ambas as disciplinas como descritas pelo autor se tratavam de seções contidas dentro da Biblioteca Nacional que era o local de estudos, sendo assim os professores encarregados por cada disciplina, aplicavam o ensino teórico juntamente com a experiência prática aos alunos.

Era esperado que o curso de biblioteconomia tivesse durabilidade de 1 (um) ano e que nesse período fosse formado um bibliotecário conservador e humanista, o que explica o fato das disciplinas ofertadas na base curricular, serem voltadas ao cunho da teoria cultural.

Então além possuírem um amplo conhecimento cultural, os bibliotecários que concluíam o curso pela Biblioteca Nacional - BN, tinha por necessidade ter o domínio de outros idiomas e conhecimento em outras áreas como Artes, Ciências e Letras, fazendo assim com que fossem inseridos na sociedade como profissionais intelectuais, sócio-históricos e culturais brasileiros (Silveira, 2007).

De acordo com Castro (2002) houve alteração no modelo curricular de ensino de biblioteconomia, a partir do Decreto Nº 23.508 de 28 de novembro de 1933. Ao qual incluía outras disciplinas como história literária, e modificava a ordem das disciplinas, conforme o Art. 1 do referido Decreto abaixo:

Art. 1º O ensino das disciplinas que constituem o Curso de Biblioteconomia, restabelecido pelo decreto n. 20.673, de 17 de novembro do 1931, será ministrado, de acôrdo com a seguinte seriação:

Primeiro ano

I, História literária (com aplicação à Bibliografia);
II, Iconografia;
III, Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas).

Segundo ano

I, Bibliografia;
II, Paleografia;
III, Diplomática.

(Brasil, 1933).

Castro (2002) segue dizendo que mesmo com essas mudanças, não afetou o fato de o curso querer formar um bibliotecário versado na cultura geral, através dessas disciplinas. Além disso, outra finalidade do curso era conseguir profissionais capacitados para atuar nos espaços da própria Biblioteca Nacional, em que se tinha a necessidade e demanda de pessoal.

Durante a década de 20, na cidade de São Paulo também se iniciou o ensino formal de biblioteconomia, e a grade curricular apresentada não possuía muitas diferenças do currículo de disciplinas da biblioteca nacional. Porém ao contrário da BN a grade não foi construída com base em carências sociais e sim de acordo com visão técnica de profissionais da área, e é justamente isso que difere ambos os locais, pois o curso realizado dentro da biblioteca nacional

- BN, buscava formar um profissional culto e humanista, enquanto que em São Paulo priorizava-se construir um profissional técnico (Castro, 2002).

A década de 30 trouxe a retomada do curso de biblioteconomia, após passar por alguns intervalos e complicações, Silveira (2007) confirma que houve sim algumas reformulações na estrutura da base curricular, devido a aprovação do Decreto Nº 23.508 de 28 de novembro de 1933, citado anteriormente. Porém ainda sim, não afetou a prioridade que era dada ao ensino da cultura geral, ao invés das disciplinas técnicas.

Já a década de 40, conforme Mueller (1985) ficou marcada pela reforma na estrutura básica do curso na biblioteca nacional, onde foi reformulado pelo professor e diretor do curso, Josué Montello. Isso provocou mudança nos objetivos propostos pelo curso, pois agora o foco seria formar bibliotecários para atuarem em qualquer biblioteca do país, e não só na biblioteca nacional.

Após isso, a biblioteca nacional passou a ofertar o curso de biblioteconomia de duas formas, nível fundamental e superior. Abaixo segue a grade de disciplinas presente em ambos:

Quadro 8 - Disciplinas presentes em cursos de Fundamental e Superior

NÍVEL FUNDAMENTAL	NÍVEL SUPERIOR
<p>Visava a preparação de profissionais para auxiliar de biblioteca</p> <ul style="list-style-type: none"> → Organização de Bibliotecas; → Catalogação e Classificação; → Bibliografia e Referência; → História do Livro e das Bibliotecas. 	<p>Visava a preparação de profissionais para serviços especializados e de direção das bibliotecas</p> <ul style="list-style-type: none"> → Organização e Administração de Bibliotecas; → Catalogação e Classificação; → História da Literatura (aplicada à Bibliografia). <p>Disciplinas optativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Noções de Paleografia; → Catalogação de Manuscritos, → Livros Raros e Preciosos; → Mapotecas; → Iconografia; → Bibliotecas de Música; → Bibliotecas Infantis e Escolares; → Bibliotecas especializadas e Universitárias; → Bibliotecas Públicas.

Fonte: Mueller (1985)

Na década de 50 ocorreram algumas alterações e complicações no currículo de ensino de biblioteconomia, que conforme Mueller (1985, p. 05):

“[...] a atuação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD, fundado em 1954, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, iria influenciar

bastante as decisões de conteúdo dos cursos”. Isso porque o IBBD tinha como objetivo evidenciar teoria e prática através da implantação de uma nova disciplina voltada a documentação, e formar um bibliotecário qualificado em tratar documentos com informações técnicas e científicas.

Mesmo com as alterações anteriormente descritas, ainda não existia um currículo mínimo que consolidasse o ensino no Brasil. E segundo Castro (2002) foi o que ocasionou uma crise na área de biblioteconomia, que teve início supostamente pelo fato da priorização do ensino técnico, que se distanciava do saber cultural geral e humanístico. Para solução desta crise era necessário ampliar a área de biblioteconomia no aspecto social, isso através da formação do profissional nas universidades onde na grade curricular seria mantido não só disciplinas técnicas, mas também as culturais.

Na década de 60, Mueller (1985) enfatiza o processo de regulamentação da profissão do bibliotecário com base na Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e a aprovação do currículo mínimo para os cursos de biblioteconomia, que seriam o único caminho para ingressar e exercer a profissão sob o título de bacharel. Então desse modo a referida autora (1985, p.06) afirma que houve:

[...] reconhecimento da profissão de bibliotecário como de "nível superior" e o consequente estabelecimento do currículo mínimo do curso de biblioteconomia reforçou a profissão e parece ter influenciado favoravelmente a atração exercida pelos cursos sobre os candidatos ao ensino superior. Em 1962, quando da aprovação do currículo mínimo, havia dez cursos de biblioteconomia funcionando no País, com um total de 424 alunos.

Posto isso, com a aprovação do primeiro currículo mínimo de ensino, foi proposto pelo Conselho Federal de Educação - CFE, (hoje, Conselho Nacional de Educação - CNE) através de sua resolução de 16 de novembro de 1962, sob o parecer de Nº 326/62 os seguintes artigos:

Art. 1 - O Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia compreenderá as seguintes matérias:

História do Livro e das Bibliotecas;
História da Literatura;
História da Arte;
Introdução aos Estudos Históricos;
Evolução do Pensamento Filosófico e Científico;
Organização e Administração de Bibliotecas;
Catalogação e Classificação;
Bibliografia e Referência;
Documentação;
Paleografia.

Art. 2 - A duração do curso será de três anos letivos.

Art. 3 - É obrigatória a observância dos Art. 1 e Art. 2 a partir do ano letivo de 1963.

(Ministério da Educação, 1982, p. 02).

Este currículo tinha o intuito de atender as necessidades requerentes da área de biblioteconomia, a respeito do controle e organização das altas produções científicas que eram geradas no Brasil, e disciplinas como catalogação, classificação, bibliografia e referência serviam bem a esse propósito (Castro, 2002). Porém, além dessas disciplinas mais técnicas, o currículo mantinha também as que tinham formação no âmbito cultural como bem mostra o Art. 1.

A partir da década de 70, houve bastante questionamento sobre a implementação do primeiro currículo mínimo. E com isso Castro (2002, p.43) menciona que:

A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação, a partir de 1971, convoca reuniões periódicas, com o objetivo de levantar sugestões para mudanças no currículo vigente. Em 1973, com a reforma universitária, uma comissão designada pelo CFE examinou o Currículo Mínimo, visando sua adequação e atualização. Em 1976, a ABEBD realizou em Campinas um encontro com a finalidade de realizar um estudo sobre a mudança das disciplinas dos cursos de Biblioteconomia.

Visto isso, pode-se perceber ao longo dos anos uma certa resistência na área, a respeito da proposta do primeiro currículo mínimo.

Então em fevereiro de 1979 a ABEBD, recebe um ofício do CFE onde solicitava a reformulação do primeiro currículo, a partir disso iniciaram movimentações para decidir outra proposta curricular. Mas foi só em 1980 que a Organização dos Estados Americanos - OEA, promove um seminário para discussão dessa proposta, juntamente com professores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e algumas universidades dos estados de São Paulo, Brasília, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e Paraná. Com isso foi estabelecido um Grupo de Trabalho - GT pelo MEC e ABEBD, para avaliar uma reformulação do atual currículo mínimo, mais tarde foi elaborado um documento após o seminário, onde nele foi registrado ideias que foram reorganizadas e retrabalhadas pelo GT, e assim enviadas a todos os cursos de biblioteconomia da época, ao todo somavam 29 cursos em todo o país, onde 27 deles responderam com o feedback apontando sugestões a respeito de disciplinas culturais, estágios e durabilidade do curso de biblioteconomia (Mueller, 1985).

Na década de 80, especificamente no ano de 1982 após toda essa trajetória, o Conselho Federal de Educação - CFE aprovou a segunda proposta de currículo mínimo, conforme o Art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e sob o parecer nº 460/82. No referido documento segue os artigos propostos:

Art. 1º O Currículo Mínimo dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia compreende as seguintes matérias:

- a) Matérias de Fundamentação Geral.
 - Comunicação.
 - Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo.
 - História da Cultura
- b) Matérias Instrumentais.
 - Lógica.
 - Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa.
 - Língua Estrangeira Moderna.
 - Métodos e Técnicas de Pesquisa
- c) Matérias de Formação Profissional.
 - Informação Aplicada a Biblioteconomia.
 - Produção dos Registros do Conhecimento.
 - Formação e Desenvolvimento de Coleções.
 - Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento.
 - Disseminação da Informação.
 - Administração de Bibliotecas.

Art. 2º A duração mínima do curso será de 2.500 horas/aula, que serão integralizadas no mínimo de 4 (quatro) e no máximo de 7 (sete) anos.

(Ministério da Educação, 1982, p. 26).

Porém mesmo com as discussões acerca da reformulação deste segundo currículo, Castro (2002) fala que ainda houve algumas críticas por parte de profissionais da área. Isso devido às mudanças no agrupamento de disciplinas de formação profissional, como por exemplo, informação aplicada à biblioteconomia que fazia a junção de três assuntos nos quais eram Informação, Biblioteconomia e Usuário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou ao longo do texto, evidenciar a dimensão do tema mediação cultural por meio de aspectos conceituais, sua aplicação às unidades de informação e as competências dos profissionais da informação atuantes nesses espaços.

De início, foi explanado os pontos de vista de alguns teóricos da área cultural, sobre a busca pelo conceito de mediação cultural, dentre os autores citados foi possível notar semelhanças mesmo que descritas de modos diferentes. Ao exemplo, todos os autores expressam que tal conceito vai muito além do ato de mediar a cultura ao indivíduo, pois para que de fato ocorra a mediação, o mediador deve antes de tudo aproximar a pessoa do objeto cultural, e assim então criar uma relação de afeto e apropriação entre ambos. Além disso, deve existir um preparo por parte do mediador e o acompanhamento de seu público, em observância às ações presentes do antes, durante e depois de sua mediação da cultura, isso para uma efetivação do trabalho desempenhado.

Em seguida, foi apresentado os diferentes tipos de unidades de informação e como é realizado o ato da mediação/ação cultural em cada uma delas. Ao analisar a adoção da mediação cultural nesses espaços, é possível observar que ambas possuem um objetivo em comum, que é intermediar não só a leitura ao indivíduo, mas também a cultura, por se tratar de locais que proporcionam desenvolvimento social e democrático, através da diversidade existente no campo artístico-cultural. Esse desenvolvimento acontece pelas ações culturais e diversas atividades lúdicas realizadas que vão desde saraus literários até exposições de obras literárias ou artísticas de autores renomados. Sendo assim, as unidades enquanto bibliotecas e seus profissionais têm esse papel como ferramentas sociais, de realizar a mediação do saber cultural à sociedade.

Logo após, vimos as definições sobre a competência informacional e as habilidades necessárias para que o bibliotecário seja um profissional competente em informação. É notável seu papel importante como facilitador da informação para sociedade, mas para que o mesmo seja uma referência na área ciência da informação terá que enfrentar desafios aos quais precisa saber lidar. Como por exemplo se tornar uma pessoa capaz tratar, organizar e disseminar a informação de tal modo a fazer com que seus usuários através do conhecimento venham a adquirir consciência crítica e também desenvolvam competências informacionais. E partir disso se tornem cidadãos conscientes e participativos em questões sociais e culturais.

Ao final, temos uma trajetória histórica da formação do bibliotecário com a implantação das primeiras grades curriculares do curso de biblioteconomia no Brasil, com ênfase na apresentação de disciplinas voltadas à área cultural e a sua implicação na formação do

profissional bibliotecário. Onde foi possível compreender que houve uma preocupação generalizada por parte de profissionais da área e diversas instituições durante a elaboração das grades a respeito de como seria o perfil profissional do bibliotecário ao concluir o curso.

Então de fato a inclusão de disciplinas culturais no currículo foi de extrema relevância, pois assim o profissional da informação terá competência em assuntos relativos à cultura geral, e ao final de sua formação se torne um técnico experiente sendo capaz de, como dito anteriormente, não só mediar a informação, mas também a cultura no todo e assim atuar como mediador e/ou agente cultural. Além de que a biblioteca é, de acordo com Flusser (1983) um instrumento de ação cultural, a informação é cultura e a cultura é domínio do bibliotecário, sendo assim não há distanciamento pois ambas andam lado a lado, podendo ser trabalhadas em conjunto.

Visto tudo isso, é plausível dizer que os objetivos do trabalho foram atendidos, pois foi evidenciado a amplitude do conceito de mediação cultural quando implementado as unidades de informação, trazendo o bibliotecário como um agente mediador cultural, e mostrando a importância da inclusão de disciplinas voltadas a cultura em seu currículo de ensino para formação profissional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1/4, p. 31-38, jan./dez., 1987.
- ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. amp. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005.
- ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 1, p. 1-24, jan./dez., 2008.
- ALMEIDA, M. A. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p. 11-18, jan./abr., 2009.
- ALMEIDA, M. A. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, maio./ago., 2014.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Ação cultural e protagonismo social. *In*: FOMES, H. F.; NOVO, H. F. **Informação e protagonismo social**. Salvador: Ed. da UFBA, 2017. Cap. 3, p. 45-58.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. *In*: SILVA, T. E. (org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008. Cap. 3, p. 67-86.
- ALMEIDA, L. M.; RODRIGUES, L.; SANTOS, J. L. M. Mediação cultural na biblioteca: diálogos com o acervo bibliográfico do museu de arte da ufc. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, [S.l.]. **Anais [...]**. [S.l.]: RBBB, 2022. 14 p. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2582>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ALVES, M. R. de L.; CARVALHO, C. P. de J. Cinema, ação cultural e mediação em bibliotecas comunitárias: relato de experiência do clube de cinema da Biblioteca de São Francisco Xavier. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-20, 2022.
- BATISTA, L. M. Mediação em ação: questões para compor ideias. *In*: SILVA, J. J.; PEREIRA, J. V. da S. (org.). **Reflexões em trânsito: mediação cultural em arte educação**. São Luís: SESC, 2022. Cap. 3, p. 21-26.
- BAUDRILLARD, J. **Simulações e simulacros**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BELUZZO, R. C. B. Passado, presente e perspectivas para o desenvolvimento da competência em informação. *In*: VITORINO, E. V.; SPIDEIT, D. **Competência em Informação e o Cenário das Pesquisas e Práticas no Brasil**. São Paulo: Abecin Editora, 2021. p. 23-43. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/38/3>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, 2014.

BICALHO, P. Poéticas do trajeto: a práxis da mediação cultural. *In*: SILVA, J. J.; PEREIRA, J. V. da S. (org.). **Reflexões em trânsito: mediação cultural em arte educação**. São Luís: SESC, 2022. Cap. 1, p. 6-13.

BICHERI, A. L. A. de O. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. Dissertação (mestrado em Ciência da informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

BOTELHO, C. N. **A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias. Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2012.

BRAGA, A. O. **Diversidade cultural: gestão e oportunidades nas organizações plurais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Curso de Administração, Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Venda Nova do Imigrante, 2023.

BRASIL. **Decreto n. 23.508, de 28 de nov. de 1933**. Modifica a seriação do Curso de Biblioteconomia e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 22668, 02 dez 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23508-28-novembro-1933-515791-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRENTAN JUNIOR, E. C.; MARTINS, B. R.; SANTOS NETO, J. A. dos. A mediação cultural e a análise de assunto: mais que discursos, unindo comunidades. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 3-27, set./dez. 2018.

BRUM, L. M. Competência Informacional: a atuação dos bibliotecários universitários. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 108-121, 2018.

CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. *In*: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/106.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CALHEIROS; A. G. B.; PRADO, M. A. R. Comunidade e biblioteca pública: aproximações sociológicas para se pensar a emergência contemporânea. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 199-222, mar./ago., 2023.

CARIBE, R. C. V. A biblioteca especializada e o seu papel na comunicação científica para o público leigo. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 185-203, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2511>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CASTRO, C. A. Histórico e Evolução Curricular na Área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M. L. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 2, p. 25-48.

CESARINO, M. A. da N. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 218-241, set./dez., 1978.

COELHO NETTO, J. T. C. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO NETTO, J. T. C. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997. 384 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução nº 220, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 524, 18 maio 2020. Disponível em:
<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1349/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20220%20Par%c3%a2metros%20biblioteca%20escolar%20%281%29.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução nº 245, de 24 de novembro de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, pág. 271, 26 novembro 2021. Disponível em:
<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1377/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20245%20Biblioteca%20Pu%cc%81blica.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução nº 246, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas universitárias. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, pág. 195, 02 dezembro 2021. Disponível em:
<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1378/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20246%20Biblioteca%20Universit%c3%a1ria.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

COSTA, L. F. Um estudo de caso sobre a mediação cultural. **V ENECULT**: Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, p. 1-12, 2009. Disponível em:
<https://www.cult.ufba.br/enecult2009/19356.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CUNHA, P. *et al.* Competência informacional para uso de Dados Abertos: tendências e perspectivas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007.

DESGRANGES, F. **A pedagogia do teatro**: provocação e dialogismo. São Paulo: Hucitec: Mandacaru, 2006.

DUDZIAK, E. A. Bibliotecário como agente multiplicador da competência informacional e midiática. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (org.). **Competência em informação**: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: Febab, 2013. p. 209-224. Disponível em:
https://issuu.com/necfci-unb/docs/compet__ncia_em_informa____o__de_re. Acesso em: 09 ago. 2024.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

FARIAS, G. B. *et al.* Grupo de trabalho de competência em informação (Coinfo) da federação brasileira de associações de bibliotecários, cientistas de informação e instituições (Febab): ações empreendidas e caminhos a trilhar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2021.

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 6, n. 2, p. 106–125, 2015.

FERREIRA, S. S.; BARI, V. A. Práticas educacionais da ação e animação cultural na biblioteca escolar. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação - SIMEDUC**, [S. l.], n. 7, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/3318>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FIGUEIREDO, N. Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 155-168, jul./dez., 1978.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan./jun., 1979.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, 1980.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, I. M.; FREIRE, G. H. de A. Mediação na ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 178-179, maio/ago., 2014. Editorial.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LIMA, C. B. **O bibliotecário como mediador cultural**: concepções e desafios à sua formação. 2016. 183 p. Tese (Doutorado em Cultura e informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade São Paulo – USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-26092016-145726/en.php>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LIPINSKI, B.; CAVALCANTE, L. F. B. Mediação cultural em centros culturais: uma análise da exposição "Egito antigo: do cotidiano à eternidade" do Centro Cultural Banco do Brasil.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1–16, 2022.

LOPES, M. I. V. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-80, jan./jun., 2014.

LOPES, J. da S.; DENIZOT, E. R.; NASCIMENTO, C. M. P. Biblioteca de empresa com função educacional, social e cultural. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 669-683, jul./dez., 1977.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015.

MARTINS, M. C. (org.). **Mediação cultural**: olhares interdisciplinares. São Paulo: Uva Limão, 2017.

MILANESI, L. A. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal de Educação. Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia. **Parecer CFE/CCC n.460, de 01 de setembro de 1982**. 34 p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=56048. Acesso em: 8 jan. 2024.

MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. Práticas colaborativas e a atuação dos bibliotecários multiplicadores da competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023.

MONTEIRO, J. S. **O bibliotecário e sua contribuição enquanto mediador da informação cultural**. 2016. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1961?locale=pt_BR. Acesso em: 30 mar. 2024.

MUELLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, 1985.

OLIVEIRA, N. W. C. **A mediação teatral na formação de público**: o projeto *cuida bem de mim* na Bahia e as experiências artístico-pedagógicas nas instituições culturais do Québec. 2011. 229 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. 1-17, 2020.

PAULA, T. R. F. **A mediação em museus**: um estudo do projeto “veja com as mãos”. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

PEDROSA, K. **Biblioteca Móvel incentiva alunos da rede municipal a ler de forma dinâmica**. In: MACEIÓ - AL. Secretaria Municipal de Educação (Semed), 2022. Disponível

em: <https://maceio.al.gov.br/noticias/semad/biblioteca-movel-incentiva-alunos-da-rede-municipal-a-ler-de-forma-dinamica>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PERROTTI, E. Mediação cultural: além dos procedimentos. *In*: SALCEDO, D. A. (org). **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. Cap. 1, p. 6-14.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS. **A Biblioteca**. (s.d.). Disponível em: <https://esmal.tjal.jus.br/biblioteca/biblioteca.php?pag=acervo>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PRADO, M. A. R. Acolhimento e receptividade pela mediação da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-36, jan./dez., 2023.

PRADO, G. M.; PRADO, J. A. M. Da ordem presente à razão futura da biblioteca comunitária no Brasil. **Revista Cajueiro**, Aracaju, v. 1 n. 1, n. 1, 2018.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Atividades culturais em bibliotecas e políticas públicas: plano de cultura para a leitura e artes. **VII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (7shb)**, Universidade Complutense de Madrid (UCM) e Universidade de Brasília (UNB), p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/view/299>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na ciência da informação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.l.], v. 24, n. 54, p. 01–13, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p1>. Acesso em: 16 mar. 2024.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 4, n. 2, p. 44–57, 2018.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, 2017.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 43–58, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n39p43>. Acesso em: 09 jul. 2023.

RASTELI, A. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 120–140, 2021.

RASTELI, A. Mediação cultural no contexto francês: trajetória histórica e evolução. **Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas**, Lisboa, n. 16, p. 81-96, 2021.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão -LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 104-119, jan./dez., 2000.

SALCEDO, D. A.; ALVES, R. M. F. La mediación cultural en la biblioteca escolar. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, n. 54, p. 82–87, 2015. DOI: 10.5195/biblios.2014.145.

SALCEDO, D. A. (org.). **Mediação Cultural**. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2016. 252 p.

SANCHES, G. A. R. O Bibliotecário como Agente Mediador da Informação, Cultura e Educação. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - SECIN, 3., 2012, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade estadual de londrina, 2014. 12 p. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/23795/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTOS, J. M. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. J. S. Competência em informação: o bibliotecário e o processo de definição das necessidades informacionais. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, v., n. 74, 2019.

SCHEUER, J.; BEDIN, J.; SENA, P. M. B. Mediação cultural em bibliotecas públicas de Curitiba. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 38–53, 2020.

SILVA, B. D.; CAVALCANTE, L. F. B. A mediação cultural no bacharelado em biblioteconomia: Uma análise das matrizes curriculares dos cursos no Brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, ed. 1, p. 70-84, 2019.

SILVA, J. J.; PEREIRA, J. V. S. (org.). **Reflexões em trânsito**: Mediação Cultural em Arte Educação. São Luís, MA: Serviço Social do Comércio, 2022. Disponível em: <https://www.sescma.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Maranhao-Ebook-Mediacao-Cultural.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVEIRA, F. J. N. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-79CMVL>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SOUSA, A. C. M. et al. A mediação cultural e os referenciais de memória e identidade evidenciados nas performances e composições musicais de Arnaldo Almeida. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1–21, 2023.

USERWOOD, Bob. **A biblioteca pública como conhecimento público**. Lisboa: Caminho, 1999.

VENTURA, R.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, n. 73, p. 35-50, oct /dic., 2018.

VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Biblioteca universitária e educação: mediação cultural como modelo epistêmico. *In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais**. [...]. Rio de Janeiro: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003092848.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

VIDAL, A. P. N.; GONDIM, J. P. A mediação cultural para o público infantil: Uma ferramenta de ensino e expansão intelectual. *In: CONGRESSO DE ARTES, ENSINO E PESQUISA*, 1., 2018, Petrolina. **Anais** [...]. Petrolina: UNIVASF, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/cartes/conartes/anais-do-i-conartes/artigos/a-mediacao-cultural-para-o-publico-infantil-uma-ferramenta-de-ensino-e-expansao-intelectual-anna-paula-do-nascimento-vidal/view>. Acesso em: 16 mar. 2024.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da Competência Informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99–110, 2011.

WENDELL, N. **Estratégias de mediação cultural**: para a formação do público. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8911>. Acesso em: 16 mar. 2024.